

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E NEGÓCIOS
NÍVEL MESTRADO**

MITSY VIVIANE BALCONI

***“SMART CITY”:*
Uma Abordagem a Partir da Experiência de Inovação Social**

**PORTO ALEGRE
2019**

MITSY VIVIANE BALCONI

“SMART CITY”:
Uma Abordagem a Partir da Experiência de Inovação Social

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Área de concentração: Administração.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Trez

Coorientador: Prof. Dr. Izabele Colusso

PORTO ALEGRE

2019

B174a

Balconi, Mitsy Viviane.

“Smart city”: uma abordagem a partir da experiência de inovação social / por Mitsy Viviane Balconi. – Porto Alegre, 2019.

72 f. : il., mapas color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Porto Alegre, RS, 2019.

Área de concentração: Administração.

Orientação: Prof. Dr. Guilherme Trez, Escola de Gestão e Negócios ; Coorientação: Prof^ª. Dr^ª. Izabele Colusso, Escola Politécnica.

1.Crescimento urbano. 2.Inovações tecnológicas – Aspectos sociais. 3.Sociologia urbana. 4.Renovação urbana. 5.Planejamento urbano. I.Trez, Guilherme. II.Colusso, Izabele. III.Título.

CDU 711.4:304
711.4

MITSY VIVIANE BALCONI

“SMART CITY”

UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE INOVAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, área de concentração em Administração, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 31 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Farias Tarouco

Prof. Dr. Oscar Rudy Kronmeyer Filho

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por **DEUS**, já que Ele colocou pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta!

Aos meus pais, *Jane e Ivar*, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade e me acharam A MELHOR de todas, mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não a ser A MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor!

Ao meu esposo, *Eduardo*, por sempre estar ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais do que imagino.

Aos meus amados filhos, *Otto e Itália*, que nesse percurso de dois anos com tenra idade, 5 anos e 2 anos, foram pacientes e resignados na espera da concretização do trabalho. Espero ser um exemplo para vocês. Obrigada por terem feito do meu sonho o nosso sonho! Meu amor incondicional a vocês.

Aos meus irmãos, *Patsy, Lauson e Sindy*, meu agradecimento especial, pois, a seu modo, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho. Obrigada pela confiança!

Aos meus amigos do mestrado, pelos momentos divididos juntos, especialmente à Sheila, à Fernanda e ao Evandro, que me fortaleceram nos momentos difíceis nessa trajetória. Obrigada pela força!

À Stafe Incorporações Ltda., principalmente ao Alexandre, João, Luiz e Márcio, que sempre me apoiaram e entenderam minha ausência. Obrigada pela compreensão!

Aos meus orientadores, Guilherme Trez e Izabele Colluso, por me conduzirem nesse trabalho. Sem vocês certamente não teria encerrado! Minha gratidão eterna!

Finalmente, à Unisinos por abrir as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Proporcionando-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, mas uma superação pessoal, uma LIÇÃO DE VIDA.

Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!

“Uma cidade não é medida pelo seu comprimento e largura, mas pela amplitude de sua visão e pelo alto de seus sonhos.”

Herb Caen

RESUMO

Diante de um crescimento urbano exponencial nas últimas décadas, novos problemas surgiram nas cidades, criando uma urgência de soluções para o gerenciamento e acompanhamento deste crescimento urbano.

Surgem, assim, as *smart cities* como um caminho novo, buscando soluções e iniciativas para a gestão da transformação dos padrões atuais, no intuito de resolver os problemas complexos urbanos. Neste contexto, inovações sociais podem ser um fator-chave na construção de um novo modelo para as cidades em um processo de aprendizagem coletiva e criação de conhecimento social.

Deste paradigma, o presente estudo pretende contribuir respondendo à seguinte questão de pesquisa: *quais contribuições que uma experiência de Inovação social pode trazer para aprimorar uma proposta de Smart City*, aprofundando a maneira como a inovação social é abordada no contexto das *smart cities*. Para auxiliar no alcance do objetivo geral, utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo como método o estudo de caso. O levantamento dos dados ocorreu através de entrevistas abertas. Posteriormente, os dados foram catalogados e analisados.

Assim, este estudo propõe um modelo de análise para as cidades serem mais inteligentes através da análise de projetos e iniciativas de inovações social.

Este estudo fornece tanto implicações práticas para os profissionais de governo melhorarem a gestão das cidades, quanto implicações teóricas para acadêmicos.

Palavras-chave: *Smart City. Inovação social. Dimensão de Smart City. Dimensão de inovação social.*

ABSTRACT

As cities have faced exponential urban growth in recent decades, new problems have emerged, creating an urgent need for solutions to management and monitoring of urban rise.

Thus, Smart Cities emerge as a new alternative that focuses on solutions and initiatives to support the transformation of current standards, solving, therefore, complex urban issues. In this context, social innovations can be a critical factor in the construction of a new model for cities in the process of collective learning and social knowledge.

From this paradigm, the present study intends answer the following research question: "*What contributions a social innovation experience can bring to improve a Smart City proposal*", deepening the way social innovation is approached, in the context of Smart Cities. A qualitative approach was implemented to achieve the general objective of this study, using the case study method. Data collection occurred through open interviews. Later, data were cataloged and analyzed accordingly.

Thus, this research proposes an analysis model for cities to be smarter through the analysis of social innovation projects and initiatives.

This investigation provides both practical implications for government professionals to improve city management and theoretical implications for scholars.

Keywords: Smart City. Social Innovation. Smart City Dimension. Social Innovation Dimension.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas metodológicas da pesquisa.....	33
Figura 2 – Localização dos bairros do 4º Distrito em Porto Alegre.....	37
Figura 3 – Mapa do Distrito C no 4º Distrito.....	40
Figura 4 – Representação gráfica simplificada da condução da análise de conteúdo.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de <i>Smart City</i> , segundo diferentes autores e fontes.....	21
Quadro 2 – Dimensões e aspectos de S.C.....	23
Quadro 3 – Definições de Inovação Social segundo diferentes autores e fontes.....	27
Quadro 4 – Formas de abordagem de inovação social.....	28
Quadro 5 – Características e dimensões de análise de inovação social de acordo com o CRISES.....	30
Quadro 6 – Especialistas entrevistados.....	51
Quadro 7 – Dimensões da I.S. e seus ângulos de análise.....	52
Quadro 8 – Dimensões I.S. x Atores entrevistados.....	54
Quadro 9 – Subtotais e totais retirados do Quadro 8 (Dimensões de I.S. Tardif e Harrison – CRISES).....	57
Quadro 10 – Dimensões de I.S. adaptado conforme análise de conteúdo.....	57
Quadro 11 – Framework para análise de uma <i>Smart City</i>	65

LISTA DE SIGLAS

I.S.	Inovação Social
<i>PUCRS</i>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<i>RBCIH</i>	Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas
S.C.	<i>Smart City</i>
<i>UFRGS</i>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Delimitação do Tema e Problema de Pesquisa	13
1.2 Objetivos de Pesquisa.....	15
1.3 Justificativa do Estudo	15
1.4 Estrutura da Dissertação	16
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS (SMART CITY E INOVAÇÃO SOCIAL)	17
2.1 <i>Smart City</i>	17
2.1.1 Histórico de <i>Smart City</i>	17
2.1.2 Conceituação de <i>Smart City</i>	18
2.1.3 Características e Dimensões de <i>Smart City</i>	21
2.2 Inovação Social	23
2.2.1 Histórico de Inovação Social	23
2.2.2 Conceituação de Inovação Social	25
2.2.3 Características e Dimensões (Categorias) da Inovação Social Segundo Crises	28
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Paradigma de Pesquisa	34
3.2 Estratégia de Pesquisa.....	34
3.3 Estudo de Caso.....	36
3.4 O 4º Distrito.....	36
3.4.1 Histórico do 4º Distrito	36
3.4.2 Distrito C (Distrito Criativo)	39
3.4.3 Aliança para a Inovação de Porto Alegre um Pacto para Inovação.....	41
3.5 Categorias de Análise	49
3.6 Aplicação Empírica para a Análise e Interpretação dos Dados	50
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
4.1 Característica do Processo de Inovação Social no Estudo.....	57
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades é um processo irrefreável e, muito provavelmente, será irreversível. Globalmente, todo crescimento futuro da população ocorrerá nas cidades. (LEITE, 2016).

De acordo com relatório divulgado pela UNESCO NATIONS (2018), em 1950, aproximadamente 30% da população vivia em áreas urbanas. Em 2010, essa proporção aumentou para 50% e, atualmente, 54% da população mundial vive em áreas urbanas – uma proporção que se espera aumentar para 66% em 2050. As projeções mostram que a urbanização, associada ao crescimento da população mundial, poderá trazer mais 2,5 mil milhões de pessoas para as populações urbanizadas em 2050. De acordo com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), é a América Latina que vai liderar o ranking com as cidades mais populosas.

Pesquisas apontam que, no meio do século XXI, 91,4% da população dos países latinos viverá em cidades, seguidos pela Europa (90,7%) e América do Norte (90,2%).

Quando se observa o cenário nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), em seu censo de 2010, 84,36% da população reside no meio urbano e 15,64% reside no meio rural, de um total de 190 milhões de habitantes. Este cenário reflete uma rápida urbanização, gerando novos tipos de problemas para as cidades, criando uma urgência na busca por novos caminhos para o gerenciamento e acompanhamento deste crescimento. (ALAVADHI *et al.*, 2012).

Para Pardo (2011a; 2011b), essa demanda das cidades representa um grande desafio com um alto nível de complexidade e interconexão, que confronta a agenda de governantes ao redor do mundo para enfrentar esta situação. Problemas como: formação irregular de residências, uso inadequado de recursos naturais, mobilidade urbana, alta taxa de criminalidade, além de graves problemas socioambientais decorrentes da falta de maciços investimentos em infraestrutura e saneamento. (LEITE, 2016).

No intuito de minimizar as discrepâncias geradas por essa rápida urbanização e seus impactos no meio urbano, surge o conceito de *Smart Cities*, considerando as cidades como centros de inovações, na busca do desenvolvimento por cidades mais sustentáveis e melhores para se viver – conceito esse focado em qualidade de vida e sustentabilidade. (ALAWADHI *et al.*, 2012; CHOURABI *et al.*, 2012).

As pessoas nunca buscaram tanto se aglomerar e as cidades nunca foram tão atrativas; neste contexto, para Pardo (2011a; 2011b), o termo *smart* é um caminho para as soluções desses

problemas complexos que surgem com a crescente urbanização, onde o desafio de tornar uma cidade mais *smart* passa por transformações importantes, gerando demandas inéditas aos governos e à sociedade civil, exigindo, assim, mudanças na gestão pública e governança e ainda obrigando o mundo a rever padrões típicos da vida urbana. (LEITE, 2016).

Para Michael Bloomberg (2014), a melhor maneira de tratar esse fenômeno é melhorando a vida de bilhões de pessoas ao redor do mundo através da forma como as cidades funcionam.

Nesse sentido, Ojo, Curry e Zeleti (2015) sugerem que as cidades estejam vinculadas ao desenvolvimento humano e social, estimulando a proliferação de iniciativas de *smart cities* como uma resposta estratégica dos governos para esse cenário.

Cavalcante e Tavares (2017) corroboram ressaltando que cada cidade possui necessidades específicas de acordo com o contexto de cada local, dependendo de diversos fatores: nível de desenvolvimento, vontade de mudança e melhoria, recursos e aspirações da população local, gerando, assim, uma mudança social. (KESAR, 2016).

Sob essa ótica, Mulgan *et al.* (2006, p. 11) inserem o conceito de inovação social como atividades e serviços inovadores motivados pela meta de um encontro com as necessidades sociais.

Deste paradigma, a inovação social surge de um desejo ou, principalmente, das necessidades que não estão sendo atendidas pelo Estado ou pelo mercado que encontram, principalmente nos países em desenvolvimento com mais espaço para sua atuação, se deparando com um contexto de condições de degradação da vida humana.

Deste modo, Oliveira & Silva (2012) entendem que projetos e iniciativas de *Smart Cities* com foco em inovação social são fundamentais na busca de atender as necessidades da sociedade que não são sanadas pelo Estado.

Corroborando, Nam e Pardo (2011a; 2011b) chamam a atenção para o fato de haver lacunas de estudos sobre *Smart Cities* no contexto social, oportunizando, assim, estudos mais amplos nesse campo.

Diante deste cenário, este trabalho pretende estudar *smart city* através do viés de inovação social, sob as lentes dos autores seminais Tardif e Harrisson (2005), e será adotada a expressão *smart*, em inglês, para preservar a representação mais ampla do seu conceito. (MOREIRA, 2015).

O viés da inovação social através do conceito de *smart cities* pode ajudar a entender a maneira como algumas iniciativas são pensadas para as cidades, mas de fato se distanciam de sua aplicabilidade por sua complexidade.

1.1 Delimitação do Tema e Problema de Pesquisa

Renomados autores abordam as cidades como importante pauta do século XXI, onde, para muitos países, as cidades são pilares fundamentais e devem ser consideradas agregadoras de grandes oportunidades, e não somente problematizadas. Mas as questões urbanas são complexas e os diálogos abordados pelas cidades está globalizado. (LEITE, 2016).

Segundo Leite (2016), o crescimento urbano desenfreado já dura mais de dois séculos, perdurando ainda nesse século. “O século 19 foi o dos impérios, o século 20, das nações e o século 21 é das cidades As grandes cidades são o grande desafio estratégico do planeta neste momento”. (LEITE, 2016, p.14).

Na visão da Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), as cidades são centro de oportunidades e desenvolvimento social. Exigindo um planejamento urbano adequado, potencializando a aglomeração da economia, criando uma densidade urbana sustentável, necessária para desenvolver a economia local e reduzir a desigualdade de oportunidades e serviços básicos, como energia, moradia, transporte etc. (LEITE, 2016).

Para Leite (2016), as metrópoles são o lócus da diversidade, da economia à ideologia, passando por culturas e religião, gerando inovação. (SOUZA; AWAD, 2012). E é nesses espaços que se potencializa aquilo que é, afinal, a essência das cidades: encontrar gente, fazer trocas, afetivas, de negócios, turismo, entretenimento, educação etc.

Tradicionalmente, considera-se que a cidade é um agregado de construções, infraestrutura e equipamentos urbanos, concentrados no território em enclaves populacionais. No entanto, há uma visão alternativa e muito fecunda que considera a cidade não como essa infraestrutura construída, mas como uma infraestrutura de relações e sociabilidade: a cidade é um tecido de interações sociais intensas que compõem a vida em comunidade. (ALEXANDER, 1966; JACOBS, 1961; VASÃO, 2014).

Neste sentido, parece evidente o papel único das metrópoles e o potencial do território a ser regenerado e reestruturado produtivamente. Por mais nostálgicos que possamos ser com as virtudes urbanas do passado, ou contentes com a situação urbana atual, cidades respondem às demandas e necessidades do seu tempo, transformando não só a sua forma como o uso dessa forma. A cidade é um processo em constante transformação (LEITE, 2016) e o desafio global passa a ser a busca por soluções inteligentes dentro dessa nova rede de fluxos mundial e processos inovadores.

Ao analisarmos a realidade brasileira, segundo o Programa Cidades Sustentáveis (2016), no ano de 2010, o país chegou ao número de 5.570 municípios, sendo a maior parte

deles criados nos últimos dez anos. (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul vem enfrentado consideráveis desafios econômicos, como: crescimento econômico lento, decréscimo da força de trabalho, melhorias modestas na produtividade, aumento da competitividade global, insuficiência de recursos para atualizar a sua infraestrutura, entre outros, e esses problemas consequentemente são estendidos aos municípios e capitais.

Ao transpormos essa realidade para Porto Alegre, há décadas muitas iniciativas do poder público vêm sendo tomadas na busca de soluções para os problemas da capital e na tentativa de inseri-la no mapa das *smart cities*, dentre elas: (OP) Orçamento Participativo – 1996; (PAT) Porto Alegre, Tecnópole – 1999; CITE (cidadãos, inovação, tecnologia e empreendedorismo) – 2013; INOVAPOA (inovação e tecnologia) – 2015; e, o mais recente, PACTO PARA INOVAÇÃO, lançado em 2018.

Contudo, a vocação de Porto Alegre para se tornar uma *smart city* foi reconhecida em 2012, na cidade de Nova York, pela gigante norte-americana, “*Smarter Cities Challenge Program Summit*”, da IBM, que escolheu Porto Alegre como uma das 31 cidades vencedoras do mundo e deu à cidade um prêmio, em 15 de novembro do mesmo ano. Com isso, a governança do município ganhou notoriedade e, aparentemente, mais força para continuar com os projetos.

Porém, Gil-Garcia *et al.* (2016) corroboram lembrando que o esforço para tornar uma cidade mais *smart* não é apenas o esforço para que a cidade seja uma *smart city*, mas sim o esforço contínuo para tornar-se cada vez mais *smart*, buscando inovação, gerando valor para o cidadão, para as agências governamentais, empresas e outras partes interessadas – atores importantes nessa iniciativa e fundamentais quando se tornam ativos da comunidade. (GIL-GARCIA *et al.*, 2016).

Segundo André e Abreu (2006), o papel do poder público é fundamental na busca das soluções em prol das cidades, e ressaltam, ainda, a importância de iniciativas de I.S. dentro das políticas públicas, construindo valores e gerando mudança social. (ANDRE; ABREU, 2006). Para Oliveira e Silva (2012), projetos de *Smart City* com foco em inovação social são fundamentais no intuito de atenderem às necessidades da sociedade que não são sanadas pelo Estado. (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Contudo, em países em desenvolvimento ainda possuem problemas graves de desigualdade social, falta de infraestrutura, acessibilidade, educação, saúde, urbanização. Por conta disso, projetos de S.C. com foco em inovação social são importantes, uma vez que esta surgiu a partir de necessidades não

atendidas pelo Estado, principalmente em países em desenvolvimento, e por conta disso com mais espaço de atuação para a melhoria da qualidade de vida. (OLIVEIRA; SILVA, 2012, 54).

Dentro desse contexto, a presente pesquisa pretende identificar e agrupar métodos de avaliação de iniciativas e projetos existentes de I.S. no 4º Distrito de Porto Alegre, e como elas podem contribuir para que Porto Alegre seja considerada uma S.C. Para isso, buscou-se identificar quais foram as principais iniciativas e projetos de inovação social desenvolvidas ou planejadas pelo poder público, privado ou mesmo pela sociedade.

1.2 Objetivos de Pesquisa

Considerando a questão de pesquisa, foi estabelecido o seguinte **objetivo geral**: “*analisar quais contribuições que uma experiência de Inovação Social pode trazer para aprimorar uma proposta de Smart City.*”

A partir do objetivo geral, têm-se os seguintes **objetivos de específicos**:

- 1) Identificar as ações de I.S. dentro do 4º Distrito, pretendendo auxiliar a cidade de Porto Alegre a ser mais *smart*;
- 2) Avaliar iniciativas em Porto Alegre do poder público ou privado, na busca de uma cidade mais *smart*;
- 3) Integrar conhecimento de áreas transversais contribuindo para uma melhor compreensão do conceito de *Smart City*.
- 4) Desenvolver um framework para analisar a presença de I.S. nas cidades no intuito de contribuir com o processo *smart* dentro das cidades.

1.3 Justificativa do Estudo

Nos anos 70, afetados pelo desemprego, alta da inflação e baixo crescimento econômico, principalmente após a crise do petróleo de 1973, os princípios da organização industrial, baseada na produção em massa, passaram por uma profunda modificação estrutural. Essas modificações alteraram o paradigma da produção industrial capitalista e tiveram grandes repercussões no desenvolvimento das regiões metropolitanas.

Os países industrializados viram-se em meio a um processo de desconcentração industrial, uma vez ruída a eficácia da produção taylorista-fordista. Assim, os empregos majoritariamente ligados às funções tradicionais da indústria migravam para outros serviços.

Na tentativa de superar esse momento de exaustão do sistema produtivo vigente, houve aqueles que acreditaram na continuidade do sistema calcado na produção em massa e, por outro lado, empresas que adotaram o modelo com especialização flexível, segundo Scott e Storper (1988), no qual a inovação é uma busca permanente.

As teorias da desindustrialização e do processo de reestruturação produtiva respondem plenamente às transformações que ocorreram nos países desenvolvidos. A cidade é um processo em constante transformação e detentora de muitas oportunidades.

As cidades modernas são sistemas complexos caracterizados por um grande número de cidadãos interconectados, empresas, diferentes modos de transporte, comunicação, redes, serviços e utilitários – sistema este exercendo pressão sobre o poder público para que as cidades se tornem mais inteligentes e sustentáveis.

Neste contexto, a presente pesquisa pretende analisar as iniciativas que estão emergindo, tanto do poder público como do privado e demais agentes da sociedade, com relação ao 4º Distrito de Porto Alegre, através da ótica de inovação social.

Cabe ressaltar que esta pesquisa contribuirá metodologicamente com a transversalidade das teorias, oportunizando a melhor compreensão e abrangência do conceito de *smart city*.

1.4 Estrutura da Dissertação

Este trabalho está organizado em cinco partes. A primeira parte é composta pela introdução, onde estão inseridos a delimitação do tema e o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa do problema.

A segunda parte é composta pelos referenciais teóricos de *smart city* e de inovação social, onde são discutidas as teorias através dos históricos, conceitos e dimensões.

A terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, seguido do estudo de caso escolhido.

Na sequência, é apresentada a análise dos dados e discussão dos resultados obtidos neste estudo. Por fim, são apresentadas as considerações finais que encerram a apresentação desta pesquisa.

A seguir, na próxima seção, são apresentados os referenciais teóricos sobre *smart cities* e inovação social.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS (SMART CITY E INOVAÇÃO SOCIAL)

Nesta seção, são apresentados os estudos relacionados à abordagem das *smart cities* e inovação social através do histórico, conceitos e dimensões.

2.1 *Smart City*

2.1.1 Histórico de *Smart City*

Mudanças profundas vêm acontecendo em escala mundial nas grandes cidades, muito pelo mundo globalizado que estamos vivendo há algumas décadas. Mudanças essas que desafiam antigos paradigmas urbanos e surpreendem pela sua complexidade; e não há nada mais complexo do que a demanda que envolve uma cidade, onde os padrões e matrizes urbanas já estão estabelecidos.

As próximas décadas certamente serão de um enfrentamento de mudanças fundamentais nos atuais padrões de desenvolvimento urbano, expressando urgência de uma reformulação na estrutura e gestão das cidades, baseada em melhor qualidade de vida para os cidadãos. (LEITE, 2016).

O debate em torno das Cidades Inteligentes teve sua primeira declaração com o protocolo de Kyoto, como decorrência do movimento conhecido por crescimento inteligente, em meados da década de 1990, o qual defendia a criação e implantação de políticas urbanas inovadoras dentro da administração. (VAN BASTELAER, 1998).

A partir de então, muitos conceitos surgiram na tentativa de conceituar essa nova fase do desenvolvimento urbano, como: “Cidade Digital”, “Cidade ubíqua” e “Ambiente inteligente”, mas sempre sob a ótica da tecnologia da informação. Nesta época, a internet estava engatinhando e os espaços urbanos estavam recebendo suas primeiras camadas de tecnologia. (KOMNINOS, 2002; JONG *et al.*, 2015).

Na virada para o século XXI, a expressão passou a ser usada fortemente por empresas de tecnologia, ampliando a aplicação de sistemas de informação através do uso de recursos digitais pela sociedade. Assim, as ferramentas da web se tornaram parte do cotidiano das pessoas e começaram a desempenhar um importante papel social estruturando processos organizacionais e permitindo uma maior inteligência da gestão operacional. (VIEIRA, 2006; NILSEN; LORANGER, 2007; KODAGOTA; WONG, 2008).

O conceito de *Smart City* ganha maior visibilidade com a intensificação do fluxo migratório das áreas rurais para as urbanas. Estudos apontam que 50% da população do planeta já vive em cidades, uma população cada vez mais urbana com perspectiva de cidades cada vez mais populosas e complexas. Isto impõe às cidades a necessidade de utilizar de forma eficiente seus recursos, visando a otimização dos recursos e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos. (HE *et al.*, 2014).

Neste contexto, Giffinger e Hainlmaier (2010) apontam que, pela complexidade eminente, as cidades apresentam um desafio imposto à sua governança na busca por melhorar sua competitividade a partir de novas abordagens, buscando instrumentos para detectar pontos fortes e fracos para atingir esse objetivo. (GIFFINGER; HAINLMAIER, 2010).

Para Pardo e Taewoo (2011), podemos definir Cidades Inteligentes através de três dimensões: (i) Dimensão Tecnológica, baseada no uso de infraestruturas, especialmente as de TIC, para melhorar e transformar a vida e o trabalho dentro de uma cidade de forma relevante, que engloba os conceitos de Cidade Digital, Cidade Virtual, Cidade da Informação e Cidade Ubíqua; (ii) Dimensão Humana, baseada em pessoas, educação, aprendizagem e conhecimento (fatores chave para uma cidade dita inteligente), que engloba os conceitos de Cidade de aprendizagem e cidade do conhecimento; e (iii) Dimensão Institucional, baseada na governança e na política, pois a cooperação entre as partes interessadas e os governos institucionais é muito importante para projetar e implementar iniciativas inteligentes, e que englobem os conceitos de comunidade inteligente e cidade sustentável.

Neste sentido, Pardo e Taewoo (2011) entendem que, para uma cidade ser considerada *S.C.*, é necessária a implementação das três dimensões em seu projeto.

2.1.2 Conceituação de *Smart City*

O conceito de *S.C.* ainda está emergindo na literatura. Nam e Pardo (2011a) e vários autores as conceituam baseados principalmente no uso de informações e tecnologias de comunicação.

Por exemplo, Anavitarte e Tratz-Ryan (2010) argumentam que uma cidade inteligente é “uma cidade articulada pelas modernas tecnologias de informação e comunicação, proporcionando serviços eficientes contínuos à sua população”.

Da mesma forma, para Washburn e colegas (2010), uma cidade é o uso de tecnologias, *smart computing* para tornar a infraestrutura crítica, componentes e serviços de uma cidade - que incluem administração municipal, educação, saúde, segurança pública, imóveis,

transporte e serviços públicos - mais inteligentes, interconectados e eficientes”. (WASHBURN; SINDHU; BALAOURAS; DINES; HAYES; NELSON, 2010).

Para Hollands (2008), cidade inteligente é um fenômeno de rotulagem urbana, onde a base do capital social é fundamental para incorporar qualidades informacionais e comunicativas necessárias das cidades inteligentes. A definição de Holland ainda está ligada à conceituação de vários autores, limitando o conceito “*Smart*” ao mundo da inteligência artificial e Internet das coisas. (KOMNINOS, 2009).

De fato, a maioria do que poderiam ser consideradas as principais definições de cidade inteligente veem a T.I. como o único, ou pelo menos o mais importante, componente da inteligência. No entanto, autores de diferentes disciplinas estão cada vez mais propondo definições que vão além do uso dessas tecnologias.

Deste contexto, Sassen (2016) sinaliza que uma cidade que apenas implementa sistemas técnicos não é uma cidade inteligente. A tecnologia deve estar a serviço do principal componente de uma cidade: as pessoas. É fundamental dar primazia às pessoas mobilizando a inteligência dos seus cidadãos, proporcionando melhor qualidade de vida ao seu habitat, propondo, assim, inovações das estruturas de governança das cidades, interagindo com as partes interessadas da sociedade e com os cidadãos, fechando um circuito de sinergia e retroalimentação social. (TESTONI; BOERI, 2015).

Testoni e Boeri (2015) ressaltam, ainda, a necessidade de construir elos entre a cooperação e envolvimento ativo de todos os interessados de uma sociedade que podem fornecer uma contribuição substancial para o desenvolvimento das cidades de forma mais acessível e de informações baseadas em um ambiente urbano interativo e participativo. (MECHANT *et al.*, 2012).

Neste cenário, se faz necessária a reformulação do papel dos atores sociais, governo e cidadãos (TESTONI; BOERI, 2015), inovando através de um novo modelo de governança para gerenciar a dinâmica das cidades, juntamente com a gestão de novos processos e novas estruturas públicas. (GIL-GARCIA, 2012).

Anthopoulos e Reddick (2016) enfatizam o reconhecimento dessa interdisciplinaridade das *smart cities*, onde o desenvolvimento do governo aumenta substancialmente a qualidade de vida nas cidades e a prestação de serviços aos seus cidadãos. (ANTHOPOULOS; REDDICK, 2016; CASTELNOVO *et al.*, 2015).

Contudo, Tavares (2017) chama a atenção para as especificidades de cada cidade, imprimindo identidade própria através de necessidades específicas de acordo com o contexto em que cada cidade se inclui. Por exemplo, no contexto europeu, as cidades inteligentes

possuem um conceito bastante politizado com o objetivo de integrar todos os centros de conhecimento e de inovação para incremento socioeconômico. Essas cidades têm alta produtividade, uma vez que possuem uma fatia elevada da população com alto nível educacional, trabalhos intensivos em conhecimento, sistemas de planejamento orientados para o resultado, atividades criativas e iniciativas orientadas para a sustentabilidade. (KOUTIT *et al.*, 2012). Diferentemente de uma S.C. em um contexto de países em desenvolvimento, onde suas urgências são como desigualdade social, falta de infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, educação, recursos, saúde e urbanização. (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Desta forma, os projetos de S.C. variam consideravelmente entre cidades e países, dependendo de diversos fatores: nível de desenvolvimento, vontade de mudança e melhoria, recursos e aspirações da população local, gerando mudanças sociais. (KESAR, 2016).

Quadro 1 – Definições de *Smart City*, segundo diferentes autores e fontes

Perpectiva	Conceito	Fonte
Foco T.I.	Cidades inteligentes não são apenas uma agregação ou uma fusão de algumas aplicações, elas representam uma nova ideia cultural das cidades. A tecnologia é um driver, um facilitador para o desenvolvimento da cidade.	Zubizarreta et al. (2016, 04015005-7)
	S.C. , conexão a noções de competitividade global, sustentabilidade, empoderamento e qualidade de vida, permitidas pela T.I. através de um grande número de redes de comunicação e modernos sistemas de tecnologia da informação e comunicação.	Komninos et al. (2011)
	S.C. se refere à inclusão de técnicas analíticas complexas, modelagem de dados, otimização de processos e visualização de resultados para que melhores decisões operacionais possam ser tomadas	Harrison et al., 2010 apud Nam & Pardo, 2011).
Foco no território	S.C. são comparáveis com laboratórios vivos e caracterizam ecossistemas de inovação urbana .	(Komninos et al., 2012 apud Schaffers et al., 2012)
	S.C. é uma cidade que gera ambientes interativos , onde conecta o mundo real com o mundo digital	Steventon & Wright (2006, apud ANDERLE & JUNIOR, s.d)
	Uma cidade pode se torna mais <i>smart</i> por ser um território com alta capacidade de aprendizado e inovação que é produzido pela criatividade de sua população, instituições de produção de conhecimento e infraestrutura digital de comunicação.	Hollands (2008 apud ALLWINKLE et al., 2011),
Foco no Social	S.C. é uma cidade baseada em pessoas, humana e progressista na implantação de tecnologias digitais, com objetivo de ser socialmente inclusiva.	Paskaleva(2009 apud DEAKIN & AL WAER, 2011).
	O conceito de cidade inteligente olha para as necessidades das pessoas e da comunidade. As pessoas são os protagonistas de uma cidade inteligente, que a molda através de interações contínuas e a comunidade de uma cidade inteligente precisa sentir o desejo de participar e promover um crescimento (inteligente)	Albino, Berardi and Dangelico, (2015, pg. 3;7)
	Smart Cities são cidades focadas no cidadão, empoderando -os com as ferramentas certas, para se conectarem às informações certas .	(HEDLUND, 2012).
Foco na Gestão Pública	Smart City é uma cidade que aplica a governança participativa e, por meio de investimentos em capital humano e social e da utilização das TIC, promove a gestão eficiente de recursos, o crescimento econômico sustentável e a melhora na qualidade de vida.	(CARAGLIU et al., 2011 apud ANDERLE & JUNIOR, s.d.).
	Cidade Inteligente é uma cidade que “monitora e integra as condições de todas as suas infraestruturas críticas, incluindo estradas, pontes, túneis, trilhos, metrô, aeroportos, portos marítimos, comunicações, água, energia, até mesmo grandes edifícios, pode otimizar melhor seus recursos, planejar suas atividades de manutenção preventiva, e monitorar aspectos de segurança, ao mesmo tempo em que maximiza os serviços aos seus cidadãos”.	Hall (2000)
	As cidades inteligentes devem considerar uma visão global para desenvolver e implementar um conjunto de mecanismos de políticas por meio de um modelo de governança institucional alternativo para mudar esse cenário.	Lee et al. (2014)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

2.1.3 Características e Dimensões de *Smart City*

Definir o que são *smart cities* e medir os níveis de sustentabilidade, qualidade de vida e bem-estar são temas ainda pouco consensuais.

Apesar dos vários índices e rankings existentes, normalmente desenvolvidos por empresas e instituições, não há ainda uma uniformização dos indicadores que estabelecem o que são, afinal, *smart cities*.

No entanto, através da publicação da norma ISO 37120:2014, que é a primeira ISO (*International Organization for Standardization*) com indicadores para as cidades, medindo a capacidade de fornecimento de serviços e a qualidade de vida (CARDOSO, 2014), já é possível estabelecer definições e metodologias para um conjunto de indicadores, no sentido de orientar e medir o desempenho das S.C.

Esta norma internacional direciona-se a qualquer cidade, município ou entidade de governança local que se compromete a medir o seu desempenho de forma comparável e verificável, independentemente do seu tamanho, localização ou nível de desenvolvimento. A ISO engloba, ainda, indicadores de diferentes áreas, tais como: economia, educação, energia, ambiente, finanças, serviços de emergência, saúde, lazer, segurança, resíduos, transportes, telecomunicações, água e planejamento urbano.

Desde então, as *smart cities* são consideradas sistemas muito complexos que englobam diferentes áreas e são projetos que procuram intervir em vários níveis. Essas áreas podem ser agrupadas em dimensões, traduzidas em: governança, inovação, sustentabilidade, inclusão e conectividade. (SELADA; SILVA, 2013). No entanto, em Dameri e Rosenthal-Sabroux (2014), os autores afirmam que indicar alguma iniciativa como pertencente a uma única dimensão muitas vezes é difícil, devido a possíveis intersecções entre as dimensões. Assim, em Cocchia (2014) são apresentadas quatro dimensões centrais que devem ser consideradas em uma cidade para ser dita mais *smart*: (1) Terreno; (2) Infraestrutura; (3) Pessoas; e (4) Governo, conectadas a três aspectos específicos (DAMERI, 2012): (1) Eficácia; (2) Considerações ambientais; e (3) Inovação (Quadro 2). (REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS, 2017).

Dameri (2017) ressalta que, para tornar as quatro dimensões gerais mais *smart*, é preciso considerar os aspectos.

Quadro 2 – Dimensões e aspectos de S.C.

Dimensões para uma cidade ser <i>smart</i>		
1	Terreno	Significando a área geográfica na qual a cidade está localizada
2	Infraestrutura	Significando um elemento maior, que inclui todos os componentes físicos e materiais de uma cidade - prédios, ruas, mobilidade, segurança, etc.
3	Pessoas	Cidade inclusiva, que inclua todos os cidadãos, não somente os moradores, mas também os que trabalham, estudam ou visitam a cidade
4	Governo	Significando a junção dos órgãos políticos que detém o poder de governar os aspectos administrativos da cidade
Aspectos para tornar os componentes mais <i>smart</i>		
1	Eficácia	Relacionada á capacidade da cidade de suprir efetivamente serviços públicos e privados para diferentes órgãos da sociedade (cidadãos, companhias e organizações sem fins lucrativos); e para diferentes categorias de cidadãos (estudantes, trabalhadores, idosos, etc.) Cada parte subjetiva complementa a definição de inteligente. Isto é, a cidade não é inteligente por si mesma, mas sim se cria valor público para as pessoas.
2	Considerações ambientais	Relacionada á capacidade de medir o impacto do crescimento na qualidade do ambiente nas áreas urbanas. Um dos principais pilares das smart cities é prevenir uma degradação ambiental. Os principais impactos estão relacionados ao consumo de energia, congestionamento no tráfego, consumo da terra etc. Assim, uma smart city age para reduzir esses aspectos para preservar a qualidade do ambiente
3	Inovação	Que sinaliza uma smart city deve utiliza todas as atuais tecnologias para melhorar a qualidade dos seus componentes principais, entregando melhores serviços e reduzindo impacto ambiental.

Fonte: Adaptado de Cocchia (2014) e Dameri (2012).

2.2 Inovação Social

2.2.1 Histórico de Inovação Social

Inovação é um termo obrigatório na busca do desenvolvimento de uma sociedade. Em termos teóricos, os primeiros avanços para se compreender a inovação remontam à literatura no campo da administração, introduzindo a ideia de alguma novidade, ou várias, aplicadas em produtos, conceitos, serviços e práticas a uma determinada questão.

Mas, foi por meio de Joseph A. Schumpeter, no campo da economia, em 1988, que o termo inovação foi primeiramente abordado na tentativa de explicar o progresso econômico (SCHUMPETER, 1942), transformando, assim, a inovação em uma força impulsionadora das transformações econômicas no mundo contemporâneo globalizado. (MOULAERT; NUSSBAUMER, 2006). Schumpeter também reconheceu o papel da inovação em outras esferas da sociedade, como cultural, social e política.

Em meados do século XX (“*innovation studies*”), constituíram-se o estudo da inovação como campo de pesquisa a partir da realização de trabalhos que objetivavam gerar conhecimento confiável e sistemático sobre como influenciar a inovação e explorar plenamente seus efeitos. (FARGERBERG *et al.*, 2013).

Apesar de o berço da inovação relacionar-se com à economia, ela também busca novas formas de interação individual e coletiva, não somente pautadas no resultado econômico, mas voltadas ao social na busca de soluções para as demandas sociais. (MOULAERT, 2000).

Para Farfus e Rocha (2007), inovação acrescida do atributo social transcende o intuito de geração de valor econômico e se empodera da qualidade do cidadão em favor do desenvolvimento local. (FARFUS; ROCHA, 2007).

Neste contexto, a Inovação Social pressupõe uma mudança da sociedade, qualitativa, através de uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura face aos processos tradicionais estabelecidos. (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 125).

Como resultado, o termo “inovação social” começa a fazer parte das agendas governamentais e de alguns pesquisadores e grupos de pesquisa, multiplicando-se hoje as abordagens à temática.

Para Clotier (2003), os primeiros autores a usarem a expressão “inovação social” foram Taylor e Gabor (1970), renomados pesquisadores do CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*).

Para Gabor (1970), inovações sociais eram como uma ferramenta para problemas territoriais de um determinado local. Já para Taylor (1970), as inovações sociais se caracterizavam por novas formas de satisfazer as necessidades sociais gerando, assim, mudanças sociais como sendo novas maneiras de fazer as coisas, com o propósito explícito de responder às necessidades sociais – por exemplo, a pobreza, desigualdade e a criminalidade. (1970 apud CLOTIER, 2003).

Deste contexto, podemos dizer que, no âmbito teórico, a inovação social visa a satisfação das necessidades humanas não atendidas nem pelo Estado nem pelo mercado, o empoderamento de atores e a mudança de relações (criação de novos laços) em diferentes grupos da sociedade. (MOULAERT *et al.*, 2005; COMISSÃO EUROPEIA, 2005; ANDRÉ; ABREU, 2006; MOULAERT, 2009; 2010; DEFOURNY; NYSSSENS, 2013).

2.2.2 Conceituação de Inovação Social

Stanford Social Innovation Review, respeitada publicação sobre o tema, conceitua Inovação Social como uma nova solução para um problema social, priorizando a sociedade como um todo e não apenas alguns indivíduos.

Para Ouden (2012), ao usarmos a expressão social, estamos nos referindo a soluções capazes de gerar valor social independentemente da entidade que a produz: governo, organizações da sociedade civil, organizações do mercado ou até mesmo as famílias. São novas formas de desenvolvimento, uma vez que, ligadas ao capital humano e social, são capazes de preservar o capital natural e de gerar capital econômico. O autor ainda acredita que as propostas de valor social devem estimular a sensação de pertencimento das pessoas que serão afetadas pela nova solução. (OUDEN, 2012).

Autores como Mulgan (2007), Pol e Ville (2009) e Ezponda e Malilos (2011) centram-se na finalidade da inovação social como fim ou objetivo, resolvendo problemas coletivos através dos agentes que a conceberam.

Mulgan (2010) acredita que uma I.S. pode ser gerada através das parcerias entre três setores: setor público, setor privado e, o terceiro setor, colaborativamente ou interfaceando, podendo iniciar uma inovação em um setor e, subsequentemente, ser assumida por outro setor. (MULGAN, 2010, p. 59).

Portanto, raramente as inovações sociais são apenas *top down* (de cima para baixo) ou *bottom up* (de baixo para cima) (MULGAN, 2007; 2010). Naturalmente, vem imbuída da necessidade da parceria entre os diversos agentes impulsionadores: governo, empresas e sociedade.

É importante a sociedade compreender que o processo de inovação social produz o efeito reconstrutor dos sistemas de relações e alianças dentro de uma sociedade, bem como a estrutura de regras impostas e recursos disponíveis nessa sociedade, reproduzindo, assim, o sistema a essa cidade imposto. (FLEURY, 2001, p. 8). Portanto, segundo o autor, somente se fala em inovação social “quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes” (FLEURY, 2001, p. 8).

Westley (2008) também entende que a inovação social somente será bem sucedida quando provocar impacto social e for duradoura, ou seja, um efeito de ruptura sobre o sistema social e as instituições sociais que regem a conduta, afetando, de forma fundamental, a distribuição de poder e recursos, as crenças básicas que definem o sistema ou as leis e as rotinas que o direcionam. Para o autor, a inovação social é uma iniciativa, um produto,

processo ou programa, que altera profundamente as rotinas básicas, recursos e fluxos de autoridade ou crenças de qualquer sistema social.

Para os renomados autores, Moulaert (2009; 2013), Klein e Harrison (2007) e Fontan, Klein e Tremblay (2005), a inovação social é um facilitador para o desenvolvimento territorial, buscando dinâmicas socioeconômicas. E de que maneira para os autores as ações inovadoras auxiliam no desenvolvimento da inteligência das cidades? Destacam eles que a busca do bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades é uma ação inteligente, razão de ser das inovações sociais, seja em nível individual, no lugar em que se vive (território/cidade), ou até mesmo no local de trabalho (empresa).

Manzini (2008) corrobora com o conceito de I.S. para ações imbuídas em criar estruturas sociais, organizações nas quais as partes são dependentes do todo e, por conseguinte, solidárias umas com as outras. Nesse sentido, promovendo a cooperação e conexão entre os atores do ecossistema, estimulando o desenvolvimento de novos tipos de empreendimentos, negócios e organizações (FRANZATO *et al.*, 2015) – espaços esses nos quais é possível experimentar e concentrar inovações sociais.

Manzini (2008) também nos sugere que, para desenvolver uma I.S., é necessário encontrar um agente capaz de ativar a rede de intérpretes, configurar equipes interdisciplinares, criar instrumentos que possibilitem a idealização coletiva, facilitar e formalizar o processo criativo, estimulando, assim, a transformação de um ecossistema. Neste contexto, a inovação social pode ser um fator-chave, permitindo às organizações, em diferentes áreas, melhorar sua posição estratégica e competitiva em abrangência territorial. Esse fator de cidadania econômica favorece ao território visibilidade global (MacCALLUM *et al.*, 2009) e pode gerar, no âmbito das iniciativas de economia social, políticas de inovação social e desenvolvimento local. Segundo Moulaert (2009; 2013), o território é o fator-chave para o conceito de inovação social, buscando especificamente mudanças locais para o *start* da inclusão social de pessoas em determinado local. (MOUALERT *et al.*, 2005).

Em sentido análogo, Bignetti (2011) identifica que a I.S. possui um conjunto extenso de abordagens, metodologias e práticas, o que não permite concebê-la como um campo sólido de conhecimento. O autor ainda identifica uma diversidade de conceitos e noções sobre o tema.

Neste contexto, no Quadro 3 são demonstrados diferentes conceitos e abordagens sobre Inovação Social.

Quadro 3 – Definições de Inovação Social segundo diferentes autores e fontes

Conceito	Fonte
Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.	Taylor (1970)
Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.	Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino et al, 2004)
Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades	Cloutier (2003)
O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.	Stanford Social Innovation Review (2003)
A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação	Novy e Leubolt (2005)
Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.	Rodrigues (2006)
Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.	Moulaert et al. (2007)
Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.	Mulgan et al. (2007)
O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge a sociedade como todo e não indivíduos em particular	Phills et al. (2008)
Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.	Pol e Ville (2009)
Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir	Murray et al. (2010)
Inovação social são ações imbuídas em criar novas estruturas sociais, organizações nas quais as partes são dependentes do todo e, por conseguinte, solidárias umas com as outras. Onde, promovem a cooperação e o desenvolvimento de relacionamentos entre os atores do ecossistema proposto assim, estimulando o desenvolvimento de novos tipos de empreendimentos, negócios e organizações	Ezio Manzini (2008)

Fonte: Adaptado de Begnetti (2011).

No Quadro 3, buscou-se apresentar alguns conceitos de autores e organizações que vem desenvolvendo pesquisas dando sustentação ao tema abordado e é possível observar que não há um consenso sobre a definição de inovação social.

Neste sentido, fazem-se necessárias novas estratégias que contemplem diferentes formas de concepção das estruturas da sociedade e que possam contribuir cientificamente com

o processo de desenvolvimento, estruturação e intervenção da realidade dentro do contexto das cidades. A inovação social surge, nesse sentido, como uma possibilidade para auxiliar a sociedade no intuito de propagar projetos de melhorias contínuas no seu território, buscando desenvolver novas estruturas com forte impacto social.

Na próxima seção são apresentadas as características, dimensões e categorias da inovação social.

2.2.3 Características e Dimensões (Categorias) da Inovação Social Segundo Crises

Como é possível observar no tópico anterior, existe uma diversidade de conceitos de I.S., apresentando muitas alternativas para a condução de estudos sobre a teoria, abrindo um leque amplo e de poucos limites.

Neste sentido, Begnetti (2011) propõe cortes analíticos para a condução dos estudos em inovação social, conforme Quadro 4. Estes cortes referem-se a arranjos ou aos meios de ação e de aglutinação de recursos utilizados por diferentes atores sociais (KLEIN *et al.*, 2009), permitindo, assim, o entendimento das mudanças geradas pela inovação social.

Quadro 4 – Formas de abordagem de Inovação Social

Autores	Abordagens	Cortes Analíticos
Chambon et al. (1982)	Dimensões da inovação social	Forma Processo de aplicação Atores Objetivos de mudança
Mulgan et al. (2007)	Dinâmicas inerentes ao seu desenvolvimento e à aplicação	Combinações Fronteiras Novas relações sociais
Dees et al. (2004)	Resultados e formas de difusão	Modelo organizacional Programa Princípios
CRISES (2010)	Eixos de concentração do programa de pesquisa	Desenvolvimento e Território Qualidade de Vida Trabalho e emprego
Cloutier (2003)	Níveis de análise	Inovações centradas no indivíduo Inovações centradas no meio Inovações no seio das empresas

Fonte: Elaborado por Begnetti (2011).

Neste contexto, para atingir os objetivos deste estudo, optou-se por trabalhar as características e dimensões de inovação social sob a ótica do renomado centro de pesquisa em I.S., o CRISES, através das lentes dos pesquisadores seminais Tardif e Harrisson (2005).

O CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*) é uma organização interuniversitária e pluridisciplinar que, desde 1986, reúne aproximadamente 60 pesquisadores vinculados principalmente a oito importantes universidades do Québec - Canadá. O centro estuda e analisa as inovações e as transformações sociais a partir de três eixos de pesquisa complementares: “desenvolvimento e território”, “qualidade de vida” e “trabalho e emprego”, sendo que ele se tornou uma das principais referências de pesquisa na área de inovação social, produzindo novos conhecimentos, formando novos pesquisadores na área e oferecendo um espaço de diálogo de pesquisa.

Neste enfoque, Tardif e Harrisson (2005), fazendo análise dos trabalhos do CRISES, identificaram que há, pelo menos, cinco definições essenciais para o conceito de inovação social que levam a uma transformação social, quais sejam: 1) novidade e caráter de inovação; 2) objetivo da inovação; 3) processo de inovação; 4) relações entre atores e estruturas; e, 5) restrições na inovação.

Sendo assim, os autores adaptaram as terminologias e propuseram, com base na análise dos trabalhos publicados por esse referenciado centro de pesquisa, cinco dimensões de inovação social, quais sejam: 1) Transformação; 2) Caráter inovador; 3) Inovação; 4) Atores; e 5) Processos, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Características e dimensões de análise de inovação social de acordo com o
CRISES

Transformação	Carater inovador	Inovação	Atores	Processo
Contexto Macro/Micro - crise - ruptura - descontinuidade - modificações estruturais	Modelo - de trabalho - de desenvolviment / infraestrutura - governança	Escala -local	Sociais - movimentos cooperativos/ comunitários/ associativos - sociedade civil - sindicatos	Modelo de cooperação - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem
Econômico - emergência - Infraestrutura (saúde, educação, segurança) - adaptação - relações do trabalho/produção consumo	Economia - do saber/ conhecimento - mista - social	Tipos - técnico/ tecnológica -sociotécnica -social -organizacional - institucional	Organizações - empresas - organizações economia social - organizações coletivas - destinatários	Meios - parcerias - integração - negociação - empowerment - difusão
Social - recomposição - reconstrução / exclusão / marginalização - prática - mudança relações sociais	Ação social - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulação social	Finalidade - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação	Instituições estado - identidade - valores/cultura/ normas Intermediários - comitês - redes sociais/ de aliança/	-Restrições - complexidade - incerteza - resistência - tensão - compromisso - rigidez institucional

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005).

Pode-se observar que, para os autores, a inovação social é um processo que perpassa por diferentes atores que procuram mudar as interações entre si e com o seu meio de organização, como também promover diferentes interações com diferentes níveis de interesse, como: interesse particular, interesse coletivo e o interesse geral ou bem comum.

Ainda com referência às características, Neumeier (2012) ressalta as possíveis mudanças que resultariam de uma inovação social, definindo-as como mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um determinado grupo de pessoas que permanecem unidas através de uma rede de interesses em comum, onde prevalece o horizonte da experiência do grupo e se traduz em novas e melhores formas de ação coletiva, dentro e fora do grupo.

Tardif e Harrisson (2005) tratam a dimensão “Transformações” abordando o contexto em torno das mudanças, com ênfase sobre os conceitos de crise, ruptura, descontinuidade e modificações estruturais, em ambas as escalas, macro e micro. Motivadores contextuais para o surgimento de inovações sociais podem ter efeito sobre os aspectos econômicos de

determinado local. As transformações econômicas e sociais compõem dois importantes ângulos de análise dessa dimensão.

Quanto à dimensão “Caráter Inovador”, conforme Tardif e Harrisson (2005), as inovações se situam como respostas fornecidas pelas partes às crises, e as soluções são descritas como novas, tendo como características o fato de serem inéditas ou inovadoras dependendo das condições e dos meios onde emergem. Passam a exigir dos atores a implementação de novos arranjos institucionais e normas sociais. As novas soluções são designadas como tentativas ou experiências na nova fase de implementação. Novos programas ou novas políticas públicas podem promover, apoiar ou restringir a emergência de novas práticas sociais e econômicas. Essa dimensão é composta por três ângulos de análise: Modelo, que pode ser incorporado pelas ações sociais; Economia, tipo pretendido pela inovação social em questão; e ação Social, iniciativas, experimentos e tentativas que podem levar à inovação.

Com relação à dimensão “Inovação”, Tardif e Harrisson (2005) destacam e diferenciam os diversos tipos de experimentos em inovação social: técnica – inovação que usa tecnologia com o objetivo de buscar melhorias para os indivíduos; sociotécnica – envolve o interesse organizacional em junção com as demandas sociais; social – são desenvolvidas por atores da sociedade civil; organizacional – com origem em organizações; e institucional – nascida a partir da atuação do Estado. Conforme o quadro dos pesquisadores, no interior dessa dimensão, as inovações sociais podem ter como finalidade: o bem comum, o interesse geral, o interesse coletivo e a cooperação. Os autores destacam que essas inovações sociais acontecem em uma escala local, podendo variar.

Na dimensão “Atores”, destaca-se que o processo de inovação é muitas vezes descrito como um processo de aprendizagem coletiva devido à variedade de sujeitos interessados e às suas características particulares. O objetivo final em projetos de inovação é que haja cooperação entre todos os atores envolvidos no processo, que ajudem nas negociações e em acordos formais e informais (parcerias) para garantir uma “boa governança”. O papel e as condições para a participação dos diversos atores é um problema fundamental que recebe atenção nos trabalhos desenvolvidos pelo CRISES. Assim, nessa dimensão, são considerados os múltiplos atores envolvidos em um processo de inovação e as relações estabelecidas entre eles.

Por fim, a dimensão “Processos” trata do processo de impacto do projeto e, segundo Tardif e Harrisson (2005), é uma ferramenta essencial e intrinsecamente ligada à inovação. Busca entender a complexidade e a incerteza da dinâmica, a resistência e tensão dos atores, as

rigidezes institucionais limitadoras do processo inovador, lançando um olhar à frente do contexto, estabelecendo experimentação e avaliação. Verificam-se os modos de coordenação; os meios (relações estabelecidas entre as partes envolvidas), que corroboram com a ideia de que o processo de inovação consolida-se a partir da colaboração entre os atores; e as restrições do processo de implementação da inovação social, que podem afetar e reduzir o potencial de inovação de um projeto. Conforme Tardif e Harrisson (2005), a avaliação dos processos apresenta-se essencial para identificar inflexibilidades institucionais que possam restringir o processo de inovação e difusão.

Assim, observa-se que as dimensões apresentadas no Quadro 5 contemplam o processo de inovação social desde a concepção, a partir de um contexto motivador, até a avaliação das ações implementadas – etapa esta que busca um aprimoramento nas práticas adotadas no sentido de melhor alcance dos objetivos pretendidos.

3 METODOLOGIA

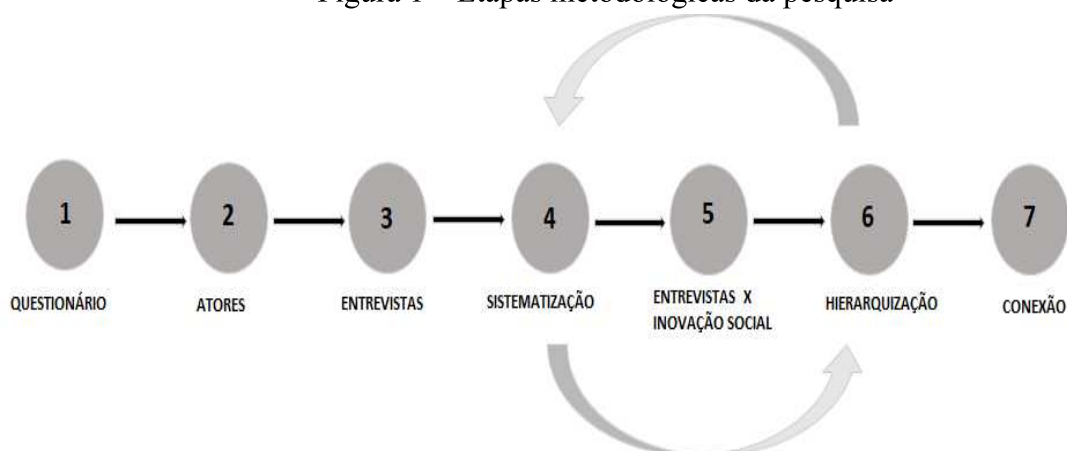
Adotar uma metodologia significa escolher um caminho a ser percorrido para a sustentação da base teórico-empírica. O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa, exigindo muito mais do que regras e procedimentos, mas sim muita criatividade e imaginação. (GIL, 2011).

Assim, os procedimentos metodológicos descritos nesse capítulo foram definidos a partir do objetivo geral e objetivos específicos anteriormente estabelecidos, os quais visam “analisar quais contribuições que uma experiência de Inovação Social pode trazer para aprimorar uma proposta de *Smart City*”, de acordo com as cinco dimensões de Inovação Social apresentadas, conforme exposto no Quadro 5, capítulo 2.2.3.

Este é o principal modelo de referência de Inovação Social dos autores seminais Tardif e Harrisson (2005) que, em sua obra, afirmam que grande parte dos estudos desenvolvidos pelo CRISES – os quais deram origem ao modelo construído por eles – foram frutos de estudos de casos. Vale ressaltar que esse modelo de estudo dos autores já é um modelo reconhecido na área científica.

Neste contexto, para a consecução dos objetivos, a pesquisadora percorreu sete etapas de desenvolvimento: (1) Desenvolver o questionário norteador a ser seguido nas entrevistas; (2) Identificar quais foram as principais iniciativas de projetos de *smart cities*, elencando atores importantes representativos de cada projeto; (3) Realizar as entrevistas; (4) Sistematizar os dados coletados; (5) Elaborar a ferramenta conectando as falas dos atores entrevistados com as dimensões de inovação social apresentadas; (6) Hierarquizar os dados; e (7) Analisar os dados através da ferramenta desenvolvida (Figura 1).

Figura 1 – Etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O paradigma de pesquisa é interpretativista e a abordagem definida para este estudo é a qualitativa, com enfoque descritivo e, no que diz respeito aos procedimentos, foi efetuado um estudo de caso. A coleta de dados aconteceu a partir de entrevistas e análise documental. O principal modelo de referência adotado para análise das categorias foi Tardif e Harrisson (2005).

Este capítulo contempla a apresentação de conteúdos relacionados ao paradigma de pesquisa, estratégia de pesquisa, estudo de caso, categoria de análise, aplicação empírica para a análise e interpretação dos dados, apresentação e análise dos resultados e características do processo de inovação social no estudo de caso.

3.1 Paradigma de Pesquisa

O paradigma de pesquisa que orienta este estudo foi concebido como uma atividade fundamentalmente interpretativa. O estudo interpretativista procura desenvolver a compreensão da realidade social a partir da experiência prática dos sujeitos. É importante compreender que epistemologicamente a abordagem de pesquisa qualitativa é geralmente antipositivista e, assim, norteadada pelo interpretativismo ou construtivismo. Paradigma este em que todo conhecimento é relativo ao saber e só pode ser entendido pelo ponto de vista individual de quem está diretamente envolvido no contexto.

Um estudo interpretativista procura desenvolver conhecimento a partir da compreensão das intenções e motivações dos indivíduos, na medida em que estes participam da criação de sua realidade social. Para Creswell (2010), neste tipo de pesquisa em que se utiliza o paradigma interpretativista, o investigador pretende analisar os fatos e entender as relações existentes entre os constructos a partir da ótica do pesquisador, levando em consideração sua subjetividade, seus valores e suas origens pessoais, tais como gênero, história, cultura e status socioeconômico, que podem influenciar nas suas interpretações durante o estudo.

Na próxima seção é apresentada a estratégia de pesquisa adotada para este estudo.

3.2 Estratégia de Pesquisa

A estratégia definida para este estudo é a abordagem qualitativa, quanto ao enfoque é descritivo e, no que se refere aos procedimentos, consiste em um estudo de caso. A pesquisa qualitativa vem sendo utilizada nas Ciências Sociais com o intuito de explicar os mecanismos

existentes e que permeiam as relações humanas estabelecidas nas organizações, levando em consideração que o entendimento da ação humana depende da significação que os atores sociais dão a ela. No campo da administração, mais especificamente, o uso da metodologia de pesquisa qualitativa é cada vez mais frequente. Este modelo de estudo permite explorar determinadas características da vida real das estruturas organizacionais em suas atividades e práticas efetivas.

A presente pesquisa busca criar uma aproximação da complexa vida em sociedade, uma teoria, mesmo que esta seja incompleta, imperfeita e insatisfatória. As pesquisas qualitativas possuem uma estratégia para avaliar questões da subjetividade dos indivíduos observando e categorizando motivações, aspirações e valores das pessoas pesquisadas.

Cresswell (2010, p. 43) conceitua a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Trata-se de fazer a análise e interpretação de fenômenos e, conseqüentemente, atribuição de significados – elementos básicos que caracterizam esse tipo de abordagem. A pesquisa qualitativa lida com os significados das experiências individuais, os significados construídos histórica ou socialmente, para então construir conhecimento. Adicionalmente, essa abordagem trabalha com a pesquisa sobre as reivindicações e a participação de grupos sociais. (CRESSWELL, 2007).

Na abordagem qualitativa, o raciocínio é predominantemente indutivo, permitindo exploração mais livre e aberta do tema da pesquisa. (CASTRO, 2006). Ainda segundo Cresswell (2007), a pesquisa qualitativa utiliza métodos de coleta interativos e humanísticos; é emergente (em vez de inteiramente configurada de antemão); é interpretativa (o que destaca o papel do pesquisador como um intérprete dos dados); a análise e comunicação de dados baseia-se num raciocínio complexo, interativo e simultâneo (usualmente do tipo indutivo); e baseia-se profundamente na pessoa do pesquisador – seus resultados não se dissociam do pesquisador, seus valores, sua forma de ver o mundo, seus interesses, aspectos que modelam a forma pela qual a pesquisa é delineada.

Creswell (2010) enfatiza que, dentre os principais procedimentos da pesquisa qualitativa, aparecem a amostragem intencional e interpretação pessoal do material. Na concepção de Oliveira (2001), de posse destes procedimentos, percebe-se que o pesquisador atuará na interpretação dos resultados e precisará estar atento aos jogos de linguagem e ao cenário em que a pesquisa será aplicada. Desta forma, o pesquisador poderá extrair o verdadeiro significado da sua pesquisa qualitativa, possibilitando a determinação do sentido das expressões linguísticas em seus contextos práticos e o entendimento amplo dos resultados

do seu estudo.

No que diz respeito ao enfoque da pesquisa, a técnica descritiva atende à metodologia. Pesquisas descritivas delineiam ou analisam as características de um fato ou fenômeno e avaliam os resultados de programas.

De acordo com Gil (1996, p. 44), a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial à descrição das características de determinado fenômeno”. Esta técnica elucida a descrição de particularidades de uma determinada sociedade ou a análise da distribuição de determinadas características.

Quanto ao seu escopo (amplitude, profundidade), a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, apresentado na próxima seção.

3.3 Estudo de Caso

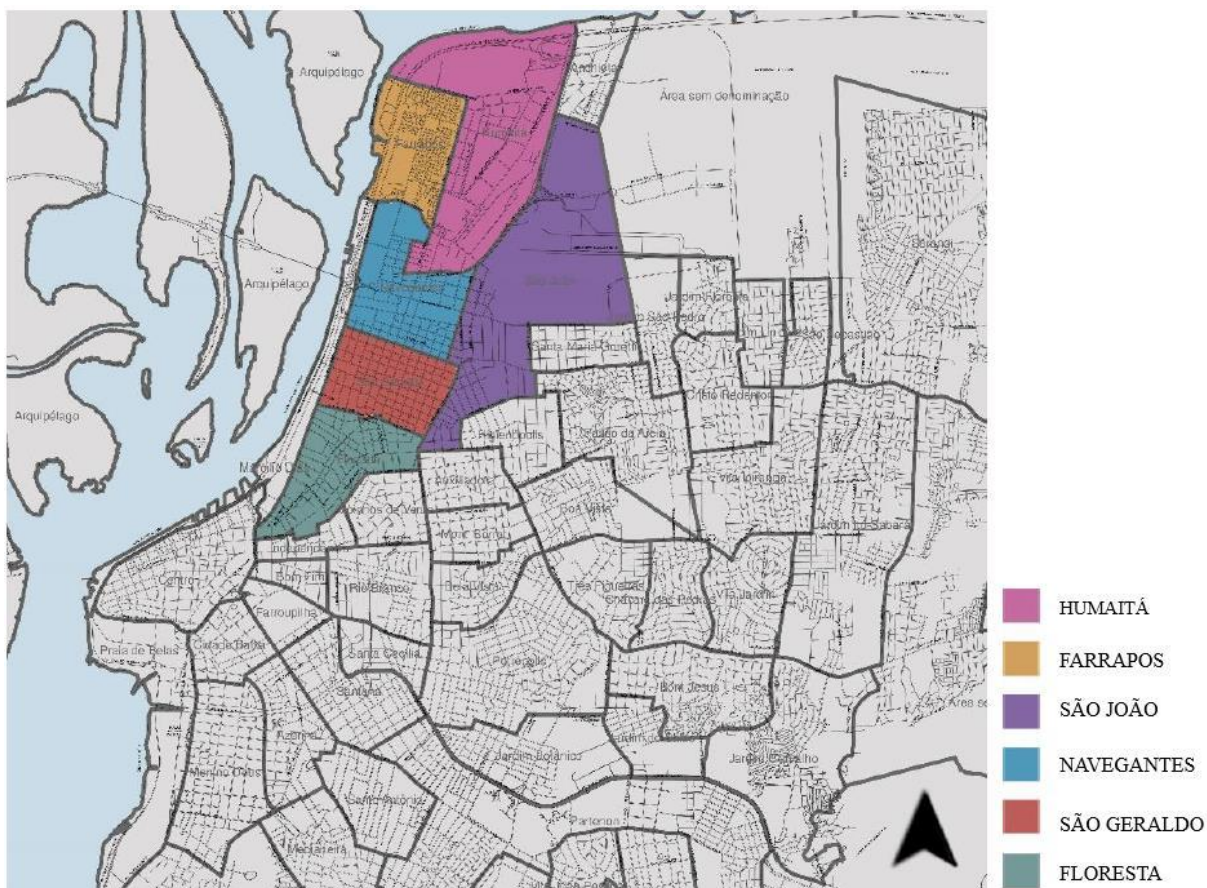
O principal motivo para escolha do estudo de caso do 4º Distrito de Porto Alegre, foi o fato de o poder público municipal, há algumas décadas, estar buscando iniciativas para a cidade se projetar nacionalmente e internacionalmente, sendo o 4º Distrito uma das áreas com potencial impulsionador para essa transformação.

3.4 O 4º Distrito

3.4.1 Histórico do 4º Distrito

O 4º Distrito é uma denominação utilizada correntemente para designar a área atingida pelo processo integrado de urbanização e industrialização da região norte de Porto Alegre que engloba, principalmente, os bairros Humaitá, Farrapos, São João, Navegantes, São Geraldo e Floresta (Figura 2).

Figura 2 – Localização dos bairros do 4º Distrito em Porto Alegre



Fonte: PMPA (recurso eletrônico adaptado).

A vocação para a inovação no 4º Distrito vem transpondo séculos. Foi a partir da segunda metade do século XIX que Porto Alegre atingiu importante papel econômico, graças ao investimento em indústrias aliado à riqueza do interior do estado.

Neste período, Porto Alegre ainda era organizada em distritos, sendo o 4º Distrito denominado distrito industrial, pela sua proximidade do rio e facilidade de entrada e saída de matéria-prima na cidade. A partir de então, um acelerado crescimento urbano local começou a ocorrer ofertando diversas vagas de emprego.

Este desenvolvimento atraiu imigrantes de várias etnias para morar e instalar estabelecimentos comerciais nas redondezas, gerando, assim, uma população local miscigenada e criando, ao longo de décadas, uma identidade própria ao local. Este, produto social, foi se transformando à medida que a sociedade se desenvolveu. (MATTAR, 2010, p. 68). Por conta dessa característica, o 4º Distrito chegou a ser chamado de “bairro cidade”, por oferecer alto grau de autonomia e pluralidade.

A partir da década de 1970, as indústrias migraram para outras cidades da Região Metropolitana e do estado. Com a saída das empresas, o interesse da população por viver no 4º Distrito foi diminuindo e a região começou a se degradar.

Deste modo, apesar da degradação, os bairros do 4º Distrito não deixaram de compor uma área social e comercial vibrante. Com uma localização privilegiada e um histórico referenciado, a região sempre apresentou um grande potencial econômico e cultural a ser explorado.

Ainda na década de 70, o poder público faz tentativas de reverter a situação do 4º Distrito, estabelecendo restrições a novas residências e passando a oferecer uma série de atrativos fiscais e menor custo de solo para atrair novas indústrias. (TITTON, 2012, p. 23). No entanto, a decadência e abandono da área já eram evidentes.

Neste contexto, ao longo dos anos 90, os gestores públicos e a sociedade reforçaram o interesse em construir políticas públicas que revitalizassem a região e que pudessem iniciar um novo ciclo de crescimento. As discussões sobre a revitalização do 4º Distrito são recorrentes e amparadas legalmente, como prevista na Lei Complementar Nº 646, de 2010, conforme descreve o inciso V do art. 83:

V – 4º Distrito – compreende parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica. (PREFEITURA MUNICIPAL DE POA, 2017).

E no art. 153: “Art. 153. Em prazo exequível, o Executivo Municipal apresentará projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau – Operação Urbana Consorciada – para a revitalização do 4º Distrito, visando à obtenção de recursos”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE POA, 2017).

Dentre as iniciativas para a revitalização local, um grande projeto de ocupação futura foi previsto para o 4º Distrito, um Masterplan, este já desenvolvido pela UFRGS em parceria com a prefeitura e apresentado duas vezes pela própria prefeitura, sendo a última no final do ano de 2016 (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2017). O projeto apresenta diversas estratégias nas quais o 4º Distrito está inserido em novos conceitos em um pensamento de cidade futura.

Contudo, esta estratégia exige um esforço coletivo da sociedade civil, inclusive necessitando da remodelagem do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental) do Município.

Outras iniciativas foram propostas, como: o “Porto Alegre Tecnópolis”, que foi a primeira iniciativa municipal dos anos 90, voltada à revitalização do Bairro Navegantes e entorno, através do projeto REPOTS (Regiões de Potencial Tecnológico), que incentivava as áreas de eletrônica e informática; o desenvolvimento do “Grupo Executivo do 4º Distrito”, buscando traçar diagnósticos e ações como forma de iniciar um novo ciclo econômico para o distrito; o “Distrito C” (Distrito Criativo) e a “Aliança para Inovação”, pacto lançado no ano de 2018, no qual um dos projetos mais relevantes é a reestruturação o 4º Distrito.

Sendo o “Distrito C” (Distrito Criativo) e a “Aliança para Inovação” os projetos mais recentes, serão tratados na próxima seção.

3.4.2 Distrito C (Distrito Criativo)

O “Distrito C” é um projeto de inovação social, considerado um modelo de transformação social e territorial. É um Polo de Economia Criativa, do conhecimento e da Experiência, utilizando-se de um território denominado de “Parque Urbano Aberto”. Neste conceito, a própria comunidade criativa já estabelecida no “território” convive através de locais de trabalho, moradia, patrimônio histórico, educação, espaços verdes e de lazer.

O Distrito Criativo foi fundado em 2013 pela empresa UrbsNova – empresa que desenvolve design social, gerando I.S. com o objetivo de propor formas inovadoras de “transformação econômica” e “transformação urbana”, causando impacto social. Transformação econômica, valorizando e qualificando os empreendedores da economia criativa, divulgando o conhecimento e a experiência que fazem parte do coletivo. E transformação urbana, promovendo a melhoria urbana da área, trazendo qualidade de vida aos empreendedores e, em consequência, aos moradores e visitantes.

Para Piqué (2017), fundador da UrbsNova, o projeto não tem a pretensão de ser a solução para o 4º Distrito, mas certamente será um dos elementos importantes para a sua transformação. (DISTRITO C, 2017).

Atualmente, estão articulados cerca de 80 empresas e empreendedores que estão localizados, em grande parte, nos bairros Floresta e São Geraldo, a metade sul do 4º Distrito, como se pode observar na Figura 3.

Figura 3 – Mapa do Distrito C no 4º Distrito



Fonte: Distrito C (recurso eletrônico adaptado).

Observa-se, na Figura 3, por meio dos pontos de localização, a distribuição dos artistas e empreendedores do Distrito C. Os pontos azuis são os participantes, os vermelhos, patrimônio histórico (o que pode incluir residências, igrejas etc.). As árvores representam o patrimônio ambiental e as casas em lilás as escolas da região em estudo.

O Distrito C trabalha de forma colaborativa com seus atores, projeto de presente e futuro de um coletivo, permitindo a flexibilidade necessária para experimentar novas formas de organização coletiva e ações sobre o território.

Segundo Piqué (2017), a dinâmica entre os colaboradores do projeto é considerada estrutural para sua continuidade, sendo este um projeto *bottom up* (de baixo para cima), onde a força da sociedade impacta fortemente no projeto local. Deste modo, a parceria com organizações públicas e privadas fortalece as iniciativas e ações dos projetos.

Piqué (2017) ressalta que é preciso ter conexão no território para atingir os objetivos do Distrito C e essas conexões são cada vez mais possíveis se os atores estiverem próximos. Possibilitando, assim, um espaço democrático, de forma que mais pessoas possam usufruir deste território, além dos colaboradores e moradores.

Para o fundador da UrbsNova, essa dinâmica espacial estimula a convivência dos atores, diz ele: “Quanto maior a qualidade e densidade melhor para as conexões”. (PIQUÉ, 2017).

3.4.3 Aliança para a Inovação de Porto Alegre um Pacto para Inovação

Aliança para Inovação foi criada em abril de 2018 através da articulação das universidades PUCRS, UFRGS e Unisinos, visando potencializar ações de alto impacto em prol de um ecossistema de inovação e do desenvolvimento da cidade. Uma iniciativa para engajar esferas públicas e privadas, entidades, empresas e academia em um propósito conjunto para tornar Porto Alegre uma cidade referência em inovação.

A inovação é a essência da Aliança e o projeto futuro de um ecossistema de inovação, capaz de atrair talentos e criar capital humano qualificado para projetar a cidade de Porto Alegre ao futuro. Traz, também, o conceito de compartilhamento de ideias e de projetos em um engajamento coletivo na direção de melhor qualidade de vida e convívio humano. Tem como visão de futuro projetar Porto Alegre para que, em 2025, a cidade seja reconhecida internacionalmente como um modelo de referência de colaboração e inovação de alto impacto.

O primeiro grande produto da Aliança foi lançado no ano de 2019, o Pacto Alegre, com a intenção de integrar o setor da administração pública municipal de Porto Alegre como agente de transformação, amparado pela metodologia e expertise de inovação das três instituições de ensino superior, de pesquisa, de extensão e de inovação.

Entre as metas acordadas no Pacto, está a realização de um grande evento anual na cidade, melhorias no serviço público, na educação, na saúde e na qualidade da água, entre outros objetivos. Através do site da prefeitura municipal, podemos identificar sete eixos diferentes a serem estudados, com suas propostas de projetos, objetivos e metas: (1) imagem da cidade; (2) modernização da administração pública; (3) educação e talentos; (4) ambientes e negócios; (5) transformação urbana; (6) qualidade de vida; e (7) cinco propostas estratégicas.

1) Imagem da cidade

Poa 2020 - Proposta: articulação da agenda de eventos de Porto Alegre gerando um evento anual de repercussão global com foco em economia criativa e inovação.

- Objetivos: integrar diversos eventos em uma agenda comum; colocar Porto Alegre no mapa global da economia criativa; e conectar iniciativas já desenvolvidas pelos diversos atores dessa área.

- Metas para novembro de 2019: modelo de governança entre organizadores de eventos na área de inovação e economia criativa em Porto Alegre; proposta de uma agenda de eventos articulada para 2020; projeto de desenvolvimento do evento global Poa 2020 articulado com a agenda de eventos da cidade; plano de comunicação e captação do projeto 2020.

Rotas de POA - Proposta: valorização da imagem de Porto Alegre por meio da consolidação e divulgação articulada de rotas baseadas nos principais ativos e iniciativas da cidade.

- Objetivos: mapear e articular iniciativas e atores para geração de rotas nas áreas de gastronomia, cervejarias artesanais, inovação e conhecimento, economia criativa, esporte e lazer, turismo da saúde, rural, orgânica etc.

- Metas para novembro: identificação e estabelecimento de estruturas de governança e operação das rotas; mapeamento e desenvolvimento da estratégia de divulgação de quatro rotas; proposta de lançamento de alto impacto das quatro primeiras rotas; proposta de divulgação e ampliação do projeto para 2020.

Marca de POA - Proposta: desenvolver uma marca que posicione e valorize a cidade com desdobramento para uso externo (estratégia de comunicação de abrangência mundial) e interno (autoestima da cidade).

- Objetivos: identificar as vocações locais que diferenciam a cidade; propor uma marca de Porto Alegre; criar a identidade visual para a marca da cidade.

- Metas para novembro: propostas de identidade para Porto Alegre para validação com a sociedade; estratégia para desdobramento e uso da marca da Capital; plano para aplicação da marca de POA na cidade.

2) *Modernização da administração pública*

Cidadão único - Proposta: geração de uma identidade digital única que integre os dados do cidadão de Porto Alegre.

- Objetivos: ampliar e facilitar o acesso digital da população aos serviços públicos; aumentar a eficiência e otimizar o acesso e o uso de informações referentes ao cidadão pela prefeitura; gerar uma plataforma para incrementar e estimular o relacionamento digital entre os atores da cidade.

- Metas para novembro: sistema de gestão de relacionamento com o cidadão; interface única de acesso ao governo.

Start.gov - Proposta: modernizar a administração pública por meio da disseminação da cultura de *startup*.

- Objetivos: estimular a cultura ágil na administração pública; promover a experimentação e teste de soluções inovadoras para os problemas da cidade; compartilhar a solução de problemas urbanos com atores diversos por meio de *hackathons* e outras ações de interação com a cultura *startup*; promover a formação de times de inovação no serviço público de Porto Alegre.

- Metas para novembro: lançamento de edital de promoção de testes de soluções inovadoras em ambiente público; monitoramento e avaliação da iniciativa StartEdu, montagem de uma agenda de *hackathons* e realização de pelo menos dois eventos; criação de rede de *open spaces* na administração pública de Porto Alegre com inauguração de pelo menos um *open space*.

Cidade transparente - Proposta: facilitar, para o cidadão, o acesso aos dados da prefeitura de forma aberta e clara.

- Objetivos: ampliar o conhecimento e estimular a participação dos cidadãos no uso dos dados acerca da administração da cidade; disponibilizar dados públicos e informações sobre as políticas públicas implementadas numa plataforma digital "*friendly user*" (amigável para o usuário); criar mecanismos de interação entre setor público, academia, sociedade civil e iniciativa privada para geração de projetos a partir dos dados abertos.

- Metas para novembro: realizar o *hackathon* "dados abertos"; entregar a versão beta da plataforma de *open data*; entregar o primeiro bloco de dados abertos (referentes à educação, saúde e finanças).

3) *Educação e talentos*

Professor inovador - Proposta: engajar professores como agentes de indução para elevar o padrão do ensino público de Porto Alegre em linha com os mais altos padrões globais de formação.

- Objetivos: estruturar um programa de formação e qualificação de professores em linha com os melhores programas de formação do mundo; gerar sinergia entre as universidades e o sistema municipal de ensino por meio de mentoria e trocas de boas práticas para os docentes municipais; promover a experimentação dos ambientes de inovação e a troca de experiências como estímulo à mudança; estimular, apoiar e avaliar o surgimento de novas metodologias e práticas pedagógicas.

- Metas para novembro de 2019: proposta de programa de formação de professores gerado em parceria com a Aliança pela Inovação e outras universidades; plano de integração de estratégias entre a Smed, as universidades e o Senai; programa-piloto de visitas para

experimentação de ambientes de inovação; lançamento da primeira turma do curso de formação em parceria com universidades para professores da rede de escolas comunitárias.

Olimpíadas da inovação POA - Proposta: modernizar a administração pública por meio da disseminação da cultura de *startup*.

- Objetivos: engajar os jovens da cidade a participar em processos de geração de inovação para problemas urbanos de forma lúdica; estimular a experimentação do empreendedorismo e da cultura de inovação como formas de auxiliar na geração de talentos na cidade.

- Metas para novembro de 2019: mapa de atividade de empreendedorismo e inovação que possam integrar o projeto; definição de estrutura, financiamento e forma de divulgação do projeto; lançamento da 1ª Olimpíada de Inovação POA.

4) *Ambiente de negócios*

Blitz da inovação - Proposta: estimular o convívio entre a comunidade e os atores mais avançados do ecossistema de inovação de Porto Alegre.

- Objetivos: estimular o contato entre os atores mais avançados do ecossistema de inovação de POA e a comunidade em geral, promovendo a experimentação da atmosfera criativa e empreendedora e a ampliação de horizontes; compartilhar o valor da inovação com a sociedade de forma lúdica; engajar a comunidade estudantil com a temática da inovação; inspirar e engajar estudantes e cidadãos a participar no entendimento e na proposta de soluções para os problemas da cidade; fomentar a geração de talentos empreendedores e inovadores.

- Metas para novembro de 2019: levantamento e articulação dos atores que possam contribuir com o projeto; desenvolvimento de plano de execução do projeto (identidade gráfica, dinâmica, divulgação etc.); realização de teste-piloto da Blitz da Inovação em duas escolas e duas comunidades; prospecção de infraestrutura de suporte para mobilidade do projeto; plano de capacitação de professores.

Licenciamento expresso POA - Proposta: simplificar, agilizar e implementar processos digitais para a abertura e licenciamento de empresas, com inversão da lógica existente.

- Objetivos: acelerar o licenciamento na Capital, facilitando e estimulando novos negócios e promovendo a atração de investimentos para a cidade; reduzir as perdas de tempo, os custos e os desgastes em processos de licenciamento de novos empreendimentos na cidade; implementar e testar a lógica de licenciamento reverso, favorecendo o uso de licenças de

operação provisórias, sujeitas à fiscalização posterior; implantar a lógica de *One Stop Shop* para os processos de licenciamento; promover processos digitais de licenciamento.

- Metas para novembro: elaboração de proposta de estrutura de licenciamento reverso para setores estratégicos; desenvolvimento de uma versão inicial da plataforma digital de licenciamento de POA; desenvolvimento de tutorial em EAD para orientação a novos empreendedores; revisão do marco legal e adoção de sistema em linha com a MP da Liberdade Econômica publicada pelo governo federal; elaboração de plano para implantação do *One Stop Shop* POA.

Conecta POA Trinova - Proposta: criar uma plataforma digital para incrementar a conexão e sinergia dos atores da cidade.

- Objetivos: promover conexão entre atores e iniciativas inovadoras da cidade; aproximar empreendedores/investidores com inovadores; organizar e conectar as demandas locais com a prestação de serviços disponíveis na cidade; aumentar a transparência das relações entre indivíduos e seus projetos.

- Metas para novembro: geração de uma estrutura de parceria público-privada para modelagem e desenvolvimento ágil da plataforma; desenho e implantação de uma versão 1.0 da plataforma; implementação dos resultados de mapeamentos sobre as forças e vocações da cidade (conhecimento, educação etc.).

Crowdfunding POA - Proposta: melhorar o acesso ao financiamento de *startups* em fases iniciais.

- Objetivos: estimular o desenvolvimento de *startups* por meio de plataformas de *crowdfunding*; redução do risco de investimento financeiro nas fases iniciais das empresas.

- Metas para novembro: identificação de agentes de financiamento interessados em *startups*; proposição de plataforma para *crowdfunding*; desenvolvimento de um projeto-piloto.

5) *Transformação urbana*

Hands On 4D - Proposta: início da revitalização criativa do 4º Distrito com engajamento da comunidade, empreendedores e agentes de inovação da região.

- Objetivos: promover uma experimentação das possibilidades de revitalização criativa na cidade; desenvolver intervenção urbanística que esteja em harmonia e permita destacar ações emergentes no 4º Distrito; proporcionar espaços urbanos mais agradáveis e indutores de projetos inovadores.

- Metas para novembro: elaboração e detalhamento de projeto de revitalização de uma área de cinco vias; desenvolvimento de projeto de intervenção criativa em parceria com a

comunidade; lançamento do projeto com *crowdfunding* e apoio da comunidade local e entidades interessadas; qualificação dos serviços públicos (energia, limpeza, coleta de lixo etc.) direcionada às ruas; estudo de legislação para transformação da área em uma espécie de laboratório aberto para novas tecnologias.

Intervenções culturais Pintando POA - Proposta: valorização da paisagem urbana por meio de pinturas e intervenções culturais em espaços públicos estratégicos, gestada de forma coletiva.

- Objetivos: valorizar a paisagem e humanizar a cidade; aumentar a atratividade da Capital para visitantes; incentivar a cultura e a convivência nos espaços públicos; estimular o senso coletivo pelo engajamento de diversos atores na escolha dos locais de intervenção e nas ações do projeto.

- Metas para novembro: desenvolver conceito e estratégia de engajamento e comunicação; criar campanha nas redes em identidade gráfica do projeto; mapear e mobilizar atores que contribuam com o projeto; definir cinco equipamentos públicos para teste-piloto; promover concurso de ideias para intervenção; lançar projetos e promover a intervenção nos cinco equipamentos-piloto.

Cultura Cidadã – I Love POA - Proposta: estimular e valorizar a cultura e a postura cidadã em Porto Alegre.

- Objetivos: promover a mudança de mentalidade e incentivar os cidadãos a valorizar e zelar pelo patrimônio público; estimular cidadãos a conhecer os problemas da cidade e participar das soluções; incrementar a autoestima dos cidadãos em relação à cidade.

- Metas para novembro: desenvolver conceito e identidade do projeto; promover ações na comunidade estudantil e outros espaços; engajar via imprensa a sociedade; mapear equipamentos ou locais públicos que necessitem de reparos ou melhorias; viabilizar e divulgar cinco projetos de estímulo à solução de projetos nos locais mapeados; articular com outros projetos buscando promover uma ação integrada para valorização da imagem da cidade para cidadãos e visitantes.

6) *Qualidade de vida*

Mexe com POA do Centro à periferia - Proposta: campanha de engajamento das pessoas por meio do esporte e da educação.

- Objetivos: promover a qualidade de vida e a inclusão social por meio do esporte orientado por profissionais de Educação Física em praças e parques, do Centro à periferia;

fortalecer a cultura de atividades físicas como parte do processo educativo; conscientização para alimentação saudável; conexão com a rota de orgânicos da cidade.

- Metas para novembro: mapeamento e articulação da rede de voluntários; desenvolvimento de conceito e identidade; proposição de calendário de atividades 2019-2020; organização de competições esportivas no segundo semestre de 2019; plataforma digital para compartilhamento de informações e divulgação de ações.

Wond3r – Água Maravilhosa - Proposta: promover ações de valorização da relação de Porto Alegre com a água.

- Objetivos: melhorar a qualidade de tratamento da água na cidade por meio de um projeto-piloto que realizará os processos de ozonização e bioestabilização do líquido; ampliar o acesso às informações de análises da qualidade da água para os cidadãos; estudar formas de incrementar e valorizar a relação de POA com os corpos de água.

- Metas para novembro: plano de projeto-piloto de tratamento da água com ozônio; desenvolvimento de plataforma para disponibilização das informações de qualidade da água em interface interativa; estudo sobre retomada do Projeto Dilúvio; mapeamento de ações de relação da cidade com a água para geração de novas ações e projetos em 2020; estudo de uso de ações ornamentais com uso de água em espaços públicos.

Smart City – Todas as Gerações - Proposta: estimular o desenvolvimento de uma cidade com atenção especial a crianças e idosos.

- Objetivos: tornar a Capital referência na atenção e relacionamento com crianças e idosos; estimular a sinergia entre políticas públicas desenvolvidas para crianças e idosos; fomento de práticas de experiência de usuário para revitalizar ou instalar novos equipamentos públicos com acessibilidade e caráter lúdico.

- Metas para novembro: mapa das políticas públicas existentes e definição de oportunidade de maior impacto; realização de *ideathon* (troca de ideias) com instituições e usuários por segmento para entendimento de demandas e prioridades de ação; mapeamento e implantação de tecnologias digitais desenvolvidas no RS com benefícios para o projeto; estruturação do projeto-piloto em área de Porto Alegre, buscando demonstrar como gerar espaços atentos ao bem-estar de crianças e idosos; estudo de formato e possibilidades de viabilização de uma plataforma digital de suporte e ações de bem-estar para todas as gerações de Porto Alegre.

Engaja POA – Open City - Proposta: plataforma de coAction para cuidado no uso do espaço público.

- Objetivos: estudar novas formas de engajamento para ações coletivas em prol da cidade.

- Metas para novembro: estruturar plataforma de suporte à ação conjunta; mapear propostas de projetos (adoção de praças, recuperação de equipamentos públicos, planos de acessibilidade, restauração de calçadas e canteiros) que pudessem ser viabilizados em parcerias público-privadas por meio da plataforma Engaja POA; desenvolver conceito e realizar teste-piloto para avaliação; testar lógicas de *open government* (governo aberto) baseada na experiência de Barcelona; estimular intervenções culturais (arte, música, gastronomia etc.) em espaços públicos.

7) Cinco propostas estratégicas

Diretrizes Urbanas Inovadoras - Interação com o Plano Diretor - Proposta: discutir e propor novas diretrizes urbanísticas que estimulem o desenvolvimento de ambientes urbanos mais adequados para as dinâmicas sociais emergentes no século 21.

- Objetivos: dar suporte técnico à revisão do Plano Diretor; contribuir com a experimentação de novas propostas urbanísticas; estimular modelos como fachadas ativas, nova mobilidade, segurança pública etc.

- Metas para novembro: mapeamento de atores e estabelecimentos de governança; definição de agenda estratégica; promoção de oficinas para consensuação; *benchmarking* com modelos em vigência em cidades de referência.

Instituto Caldeira - Proposta: impulsionar transformações e novos negócios por meio da conexão entre empresas, *startups* e agentes de inovação.

- Objetivos: conectar os mundos acadêmico, empresarial, das *startups* e líderes da cidade; acelerar desenvolvimento de *startups*; proporcionar espaços para novos talentos e negócios; auxiliar a conectar o ecossistema de inovação local com o mundo.

- Metas para novembro: estruturação de governança e estratégia de funcionamento; lançamento da iniciativa; organização de pelo menos uma missão empresarial; preparação da primeira rodada de prospecção de talentos e novos negócios.

Educação transformadora - Proposta: transformar a educação pela conexão e parceria com o ecossistema de inovação e conhecimento da cidade, preparando os jovens para o presente e o futuro.

- Objetivos: preparar as novas gerações com as competências e habilidades necessárias para analisar criticamente e atuar em um mundo cada vez mais global, complexo e incerto;

transformar as escolas em espaços de estímulo à criatividade; manter formação humanista que estimule o senso crítico, entre outros.

- Metas para novembro: mapear atores e estabelecer governança; definir agenda estratégica; identificar melhores indicadores para monitoramento; mapeamento de novas abordagens pedagógicas; monitorar resultados; propor programa-piloto de ações.

Formação de agentes de Inovação – MBA em Ecossistemas de Inovação - Proposta: impulsionar a formação de agentes de inovação no meio público e privado pela exposição e convivência com os atores e agentes dos ecossistemas de inovação da Aliança pela Inovação.

- Objetivos: proporcionar espaços de geração de novas ideias e sugestões de inovação para a cidade; desenvolver coletivamente os processos de formação de agentes de inovação.

- Metas para novembro: começar primeira turma; prospectar parcerias com outros atores do ecossistema.

Saúde digital - Proposta: criar uma plataforma integrada por toda a cidade de compartilhamento de informações de saúde.

- Objetivos: implementar o prontuário eletrônico na Capital; avançar nos processos digitais de gestão da saúde; permitir portabilidade, integração e acesso rápido a históricos de atendimentos e exames de cada cidadão.

- Metas para novembro: *roadmap* com participação de atores públicos e privados; estruturação da lógica e funcionamento da plataforma; definição de requisitos e infraestrutura; desenvolvimento de plano-piloto.

3.5 Categorias de Análise

No estudo de caso, o pesquisador tem a possibilidade de explorar um evento ou uma atividade com mais detalhes. Os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade e os investigadores coletam informações detalhadas usando vários instrumentos de coleta de dados para posterior formatação de categorias que serão confrontadas com as categorias encontradas na literatura.

As categorias de análise foram mapeadas a partir da aplicação metodológica das dimensões categorizadas por Tardif e Harrisson (2005): dimensão de transformação, dimensão de caráter inovador, dimensão de inovação, dimensão de atores e dimensão de processo, já citadas anteriormente. Elas foram identificadas e comparadas com as categorias

encontradas pelo pesquisador a partir da leitura das respostas obtidas via realização das entrevistas abertas.

As categorias ou dimensões de Tardif e Harrisson (2005) foram eleitas pelo pesquisador, pois foram amplamente utilizadas nos últimos anos em pesquisas com estudos de caso e validadas cientificamente através de artigos, dissertações e teses.

A aplicação empírica para a análise e interpretação dos dados é o assunto da próxima seção.

3.6 Aplicação Empírica para a Análise e Interpretação dos Dados

Os autores Konstantatos, Siatitsa e Vaiou (2013) reforçam que iniciativas socialmente inovadoras são desenvolvidas em resposta às crescentes desigualdades e processos de inovação social, mobilizando recursos diversos.

Nesse sentido, sua compreensão demanda metodologias particulares para que seja possível a aproximação e o aprendizado junto aos atores, objetivos e práticas envolvidos. Quanto à natureza do presente estudo, caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa caracteriza-se, ainda, como qualitativa e adota como estratégia de investigação o estudo de caso.

Quanto à coleta dos dados, conforme Yin (2010), para a estratégia de estudo de caso, é possível basear-se em muitas fontes de evidência. Assim, foram utilizados como métodos específicos para coleta dos dados a pesquisa documental e entrevistas (abertas). Segundo os mesmos autores, Konstantatos, Siatitsa e Vaiou (2013), no estudo de iniciativas socialmente inovadoras, os atores, suas práticas, lugares e fenômenos são estudados sempre que possível e o esforço do pesquisador é destinado a entender e se envolver com os significados e as prioridades dos envolvidos no contexto estudado.

Quanto à pesquisa documental, compreende-se que esse tipo de informação assume diversas formas e tem por objetivo corroborar e valorizar evidências coletadas em outras fontes. (YIN, 2010). Assim, além das entrevistas, foram analisados documentos e projetos através do site da prefeitura e Planejamento Urbano de Porto Alegre, no qual estão disponibilizados, no ambiente virtual, os seguintes documentos: Masterplan do 4º Distrito e PPDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre), além de textos na internet e sites de redes sociais (Facebook).

Quanto às entrevistas, foram eleitos seis especialistas até o processo de saturação, levando em consideração sua participação em projetos de inovação social e iniciativas de *smart cities*, diretamente relacionados com o objeto do estudo de caso. Escolha esta feita

buscando atingir a macro representatividade de todos os agentes de uma cidade (ou seja, governo, instituições, empresas e cidadãos). Os atores foram codificados, para serem mais bem identificados, como A1, A2, A3, A4, A5 e A6, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Especialistas entrevistados

Código	Agente	Empresa	Cargo	Especialidade	Projetos envolvidos
A1	Universidade	Univers. particular	Professor	Tecnologia	Aliança para inovação em Poa
A2	Universidade	Univers. Federal	Professor	Arquiteto Urbanista	Masterplan do 4º Distrito
A3	Universidade	Univers. Federal	Cientista / pesquisador	Administração	Mestre em Cidades Inteligentes
A4	Governança	Prefeitura	Secretaria SMURB	Arquiteto Urbanista	Mestre em Cidades Inteligentes
A5	Sociedade	Empresa privada	Empresário I. S.	Inovação Social	Empresário Inovação Social
A6	Sociedade	Empresa privada	Empresário I. S.	Inovação Social	Empresário Inovação Social

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os roteiros das entrevistas foram definidos a partir de grandes temas relacionados às dimensões da inovação social apresentados por Tardif e Harrisson (2005), sobre os quais os entrevistados foram orientados a dissertar livremente, seguidos por algumas intervenções complementares quando identificada a necessidade de aprofundar a discussão em andamento. As questões foram respondidas dentro de uma conversa informal. A pesquisadora adotou a postura de ouvinte, intervindo apenas para evitar o término precoce da entrevista.

As entrevistas foram desenvolvidas nos meses de novembro e dezembro de 2018, individualmente, conforme a disponibilidade de cada ator social. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para permitir uma análise mais aprofundada, o que resultou em 250 páginas de transcrição e um tempo total de gravação de 7 horas e 30 minutos. A pesquisadora escolheu a técnica de entrevistas abertas por ser a mais adequada a finalidades exploratórias, segundo Minayo (1993), sendo bastante utilizada para o afinar de questões e para uma formulação mais precisa dos conceitos relacionados.

Com essa estruturação, a pesquisadora introduziu o tema aos entrevistados e foi dada a liberdade de discorrer sobre o tema sugerido, propiciando explorar mais amplamente as questões.

A análise dos dados coletados foi conduzida a partir das seguintes técnicas propostas por Bardin (2011): 1) pré-análise; 2) codificação; e 3) categorização.

1) Pré-análise: nessa etapa, a pesquisadora faz a leitura flutuante das transcrições das entrevistas e começa a observar as primeiras hipóteses para o processo de análise do conteúdo, facilitando a descoberta de caminhos que ajudem no processo de investigação. Iniciam-se, assim, os destaques e os recortes das transcrições conectando-os às dimensões de I.S. de Tardif e Harrisson (2005), através dos ângulos de análise das dimensões (Quadro 7).

Quadro 7 – Dimensões da I.S. e seus ângulos de análise

Dimensões de I.S.	Ângulos de análises nas entrevistas
1-Transformação	<ul style="list-style-type: none"> * Identificar as principais transformações que estão ocorrendo através dos ângulos de análise. Analisando, o contexto em torno dessas transformações, a existência de crise, ruptura, descontinuidade tanto nas escalas macro como micro. *Identificar se há mudanças estruturais agindo diretamente nos atores fazendo-os repensar em suas ações e formular novas "respostas", tanto econômica como social. *Identificar se estruturas econômicas locais estão mudando mais ou menos radicalmente seja ajustando, seja buscando novos caminhos (reconversão) ou novas estruturas de produção (emergência). *Identificar se há novas práticas e mudanças nas relações sociais com recomposição e reestruturação de laços sociais. *Identificar se as mudanças sociais que estão gerando transformação social estão gerando exclusão e marginalização social e econômica (efeitos relacionados as transformações)
2- Caráter Inovador	<ul style="list-style-type: none"> *Identificar se há inovação na esfera econômica e esfera social e se essas duas esferas se articulam, podendo influenciar uma a outra, ou até mesmo se articular em um contexto de crise das instituições (órgãos públicos em particular, como prefeitura) e crise social. Pois, neste contexto a inovação seria uma solução denominada "nova". *Identificar a existência de novos arranjos institucionais entre os atores e novas regulamentações sociais. *Identificar novos programas ou políticas, pois estes do ponto de vista macro, poderiam identificar novos modelos de desenvolvimento, governança e economia. * Identificar desenvolvimento da infraestrutura local ou novas infraestruturas
3- Inovação	<ul style="list-style-type: none"> *Identificar o tipo de inovação buscando analisar seus os interesses, se são individuais, públicos ou geral (bem comum). Uma vez que segundo o CRISES todas as inovações são técnicas, sociais, organizacionais ou institucionais pela própria natureza (local e localizada). *Identificar implementação de novos arranjos institucionais entre os atores e alcançar novas regulamentações sociais. *Identificar novas soluções, tentativas, experimentos dentro do projeto. Isso gerando inovação. *Identificar se há novos programas previstos ou novas políticas públicas, estas podendo restringir a inovação.
4- Atores	<ul style="list-style-type: none"> *Identificar os atores que estão envolvidos no processo de inovação(projeto). Buscando analisar sua identidade, valores e normas. *Identificar como os atores dos projetos estão envolvidos ; cooperação, negociação, parceria. Diferentes meios , mais ou menos coercitivos de acordo com as situações. *A Inovação coloca em perspectiva os meios como os atores se conectam , onde exige a participação e a mobilização de múltiplos atores. Identificar como se dá a participação do estado, da sociedade civil organizada - movimentos sociais, sindicatos e os movimentos comunitários, associativos e cooperativos no desenvolvimento dos projetos , ao lado de outros atores institucionais e privados.
5- Processo	<ul style="list-style-type: none"> *Identificar como se organiza o processo de inovação junto aos projetos citados *Identificar dentro dos projetos citados sinais de incertezas da dinâmica, a resistência dos atores e as tensões que a inovação poderá gera . *Identificar se existe rigidez institucional que limitem os processos de inovação e sua difusão *Identificar os processos que envolvem a inovação dentro do projeto citado bem como o contexto envolvido e as condições de emergência da inovação buscando uma visão transversal do processo que envolve a inovação (os atores, os modos de coordenação, os meios e as restrições que a determinam.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

2) Codificação: após procedimento de análise textual vem a operacionalização de codificação dos dados coletados, na qual foram analisadas, a partir do processo de seleção dentro das transcrições das entrevistas, unidades de registros, conectando-se com as transcrições das entrevistas ao longo da seleção das várias releituras das transcrições.

Observando-se, para a eficácia do uso desta metodologia, uma prática que é fundamental: a da repetição sistemática da leitura dos elementos selecionados para a análise, da qual o analista não pode prescindir.

Desse processo de identificação, reflexão e montagem das mensagens pelo processo de agregação por similaridade de sentido, emergiram duas situações fundamentais do âmago delas – situações que se repetiam ante a realidade das experiências dos atores junto ao estudo.

3) Categorização: com os dados codificados, a pesquisadora procede com a categorização que, segundo Dellagnelo e Silva (2005), é organizar um conjunto de “falas” em

categorias, subcategorias e assim sucessivamente, observando, a partir de um determinado critério, o que cada fala tem em comum, hierarquizando, assim, as unidades de registros.

A etapa seguinte foi conectar, através da ferramenta desenvolvida pela pesquisadora (Quadro 8), cada dimensão do quadro síntese elaborado por Tardif e Harrisson (2005) com os recortes e detalhes de cada entrevista – um processo de categorização considerado dedutivo, já mencionado anteriormente, pois parte de uma premissa existente (categorias preexistentes). (DELLAGNELO; SILVA, 2005).

As dimensões de inovações sociais foram subdivididas na planilha conforme os ângulos de análises propostos pelos pesquisadores do CRISES para cada dimensão: Transformação – **contexto/ econômico/ social**; Caráter inovador – **modelo/ economia/ ação social**; Inovação – **escala/ tipos/ finalidade**; Atores – **sociais/ organizações/ instituições**; e Processo – **modelo de cooperação/ meios/ restrições**. Os ângulos de análises, em negrito, nos permitem identificar a existência da dimensão de I.S. em um contexto onde, segundo os autores, a ordem hierárquica disposta na tabela não prioriza a dimensão. Para os autores, as dimensões de I.S. devem ser analisadas através de suas características em comum e não somente por suas particularidades.

A etapa seguinte é estabelecer as regras de enumeração, que é o modo de contagem das unidades de registro. Para Bardin (2010, p. 134), nessa etapa é feita uma distinção didática, a pesquisadora define “a unidade de registro – o que se conta – e a regra da enumeração – o modo de contagem”.

Desde modo, para o presente trabalho, foi realizada a contagem das unidades de registro por frequência de ocorrência, resultando na hierarquização das unidades de registro.

De acordo com Bardin (2006), a última fase (tratamento dos resultados, inferência e interpretação) inicia-se com a análise dos resultados ocorridos e culmina nas interpretações inferenciais, momento em que é realizada a análise reflexiva e crítica dos dados a partir do que foi trabalhado nas fases anteriores, isto é, pressupostos, referenciais teóricos, codificação e categorização.

Ao realizar a leitura do conteúdo analisado, a pesquisadora não o faz “à letra”, mas busca realçar sentido ao que é encontrado em segundo plano, manipulando significantes ou significados para atingir outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, com o objetivo de ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura. (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011; BARDIN, 2006).

Quadro 8 – Dimensões I.S. x Atores entrevistados

Atores	Especificações dos atores	Dimensões de Inovação social														
		Transformação			Carater Inovador			Inovação			Atores			Processo		
		Contexto	Económico	Social	Modelo	Economia	Ação social	Escala	Tipos	Finalidade	Sociais	Organiza- cionais	Instituições/ intermediários	Modelo de cooperação	Meios	Restrições
A1	Planejamento da cidade futura disposto em quatro dimensões, como: urbanística, económica, social e governança. Buscar um modelo de planeamento de gestão da cidade, de forma a continuidade no planeamento. Transpondo o prazo de cada governante, assegurando assim, a continuidade do planeamento	1			1		1		1				1	1		
	Necessidade de conectar o planeamento do futuro das cidades a realidade da cidade atual.	1			1	1			1			1	1			
	Desafios das cidades no conjunto de processos e projetos a serem desenvolvidos nas dimensões urbanas, económicas, sociais e governança. Buscando alianças entre academia, empresas, sociedade civil	1	1		1		1		1			1			1	
	Implantar Inovação e Tecnologia na cidade dentro de um contexto que agregue riqueza para cidade, dentro de um contexto amplo da riqueza, não somente o económico. Beneficiando assim, a sociedade como um todo.	1	1	1	1	1	1		1	1		1		1	1	1
	Promover um modelo de política administrativa da cidade na busca de agilidade para a viabilidade dos projetos de desenvolvimento local.	1			1					1		1		1	1	
	Cultura local impactando o desenvolvimento coletivo da cidade.				1		1			1	1		1			
	O impacto da inovação identifica uma série de desafios da cidade no contexto de um conjunto de dimensões urbanas, legislativas, governança, social e económica. Um conjunto de desafios e associados a esses desafios projetos.	1			1				1			1		1	1	1
	Eleger um território que atue como living lab para as inovações locais. Atuando assim, como um piloto para a cidade.		1		1				1				1		1	
A2	Tornar o território do 4º distrito um ecossistema de inovação tecnológica e social a céu aberto, um Living Lab		1		1			1				1	1			
	Incentivar Parcerias Público-Privadas (PPP) através de Operação Urbana Consorciada para financiar e gerenciar obras de infraestrutura e novos equipamentos de uso público.	1			1			1							1	
	Promover a gestão participativa baseada no conceito de Hélice Quádrupla no desenvolvimento do território tendo como princípios básicos a inovação, a sustentabilidade, a resiliência social e ambiental e a inteligência	1	1		1	1			1			1		1	1	
	Promover a adaptação das atividades económicas existentes no planeamento do 4º Distrito	1			1	1		1	1		1	1	1	1	1	
	Desenvolver plano económico de desenvolvimento local.	1			1		1		1		1	1	1			
	Garantir segurança jurídica aos investimentos, eficácia administrativa e a qualidade dos projetos de grande impacto e de habitação de interesse social.	1				1	1	1				1				1
	Estimular a miscigenação de usos e a construção de fachadas ativas ao longo do espaço público;	1						1	1	1	1		1	1	1	
	Ampliar a oferta e criar condições de uso acessível a equipamentos de proximidade (Saúde, Cultura, Lazer e Educação);	1			1				1			1		1	1	
	Construir calçadas com dimensões, pavimentação, iluminação e sinalização adequados para estimular a interação social no espaço público.	1					1	1	1	1	1		1	1	1	
	Diversificar tipologias e criar mecanismos para evitar a segregação espacial entre diferentes segmentos de renda;	1		1	1		1	1	1	1	1		1		1	
	Promover soluções resilientes para o gerenciamento de águas urbanas, manejo de resíduos e produção de energia;	1			1			1				1				1
	Estimular o uso de soluções compartilhadas para o uso de transporte individual. 3D Criar infraestruturas avançadas de Telecomunicações e Distribuição de Energia.	1		1	1	1	1	1		1		1	1		1	
	Utilizar a Transferência de Potencial Construtivo (TPC) como principal moeda de troca do solo privado para solo público.	1	1		1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	
	Distribuir, ao longo do Eixo de Inovação (Via da Inovação) as atividades académicas e culturais, vinculando-as a infraestruturas adequadas e acesso fácil ao comércio e serviços		1		1	1		1	1			1	1		1	
	Promover sistemas de gerenciamento de Planos e Projetos que auxiliem a implementação do Masterplan.	1	1		1			1	1			1	1		1	
	Criar Grupo Gestor integrado por membros do Governo, instituições de ensino e pesquisa, empreendedores e sociedade civil para acompanhar a implantação do Masterplan (Operação Urbana Consorciada).	1	1		1			1	1			1	1		1	
A3	Cidade inteligente tem que ser uma cidade eficiente em todos os sentidos. Promovendo qualidade de vida	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	
	Resolver os problemas básicos de infraestrutura da cidade antes de investir em tecnologia. A tecnologia ajuda a melhorar os problemas das cidades, tornando-as mais eficientes, como: através de startups, parques tecnológicos, incubadoras.	1			1			1	1						1	1
	Desenvolver um modelo piloto para testar as ações, dando certo, replicar em demais áreas da cidade.	1			1				1	1					1	
	Respeitar o nível de desenvolvimento da cidade sem achar que importando modelos bem sucedidos de S.C., será o suficiente. Cada cidade tem sua trajetória e seus recursos.		1			1		1					1	1		
	Sociedade civil organizada (governo, empresas, sociedade, e universidades) para debater qual é a cidade que queremos?	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Governo é o elo fundamental na transformação da cidade.	1	1		1				1				1		1	
	Na questão urbana ambiental da cidade é necessário pensarmos em uma estratégia para resolvermos problemas como mobilidade e retenção do capital humano, criando atrativos na cidade como, lugares para comer, se divertir, morar e trabalhar.		1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1
	Aplicar a quadriplexe hélice na dinâmica da cidade.	1			1				1				1		1	
	Dentro de uma cidade mais inteligente, temos competências diferentes para resolver os problemas complexos assim, a colaboração é o elemento fundamental na conexão da multidisciplinaridade dos agentes sociais envolvidos.			1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1
	Sem um cidadão inteligente dificilmente teremos uma cidade inteligente.			1			1	1	1		1			1		
	O poder público de gerar estratégias para reter capital humano na cidade	1			1				1				1		1	
	Necessidade de cooperação entre os agentes desenvolvedores de ações			1			1		1		1				1	
Planejamento a longo prazo, transpassando os 4 anos de governo.	1			1				1				1	1			

A4	Projeto da cidade como um processo de mudança e não somente um projeto.	1			1			1	1				1	1					
	Projetos de desenvolvimento para a cidade perpassando os governos.	1			1			1					1	1					
	Aprendizagem da administração pública com relação a projetos já desenvolvidos. Utilizar as lições aprendidas	1			1			1	1				1	1				1	
	4º Distrito como um laboratório da cidade, na implementação de ações para a melhoria de infraestrutura e administração pública . Levando esse KNOW_HOW para dentro do poder público	1			1			1	1				1					1	
	Mudanças nas leis para conseguir gerar a inovação local.	1			1			1	1				1	1				1	
	Falta de conexão entre os agentes públicos.	1			1			1					1	1				1	
	Projeto de intervenção da cidade como um processo, visionando a dinâmica da cidade a longo prazo.	1			1			1	1	1			1	1				1	
	Planejamento da cidade futura	1			1	1	1		1	1			1	1				1	
	Redefinir um novo modelo de gestão pública , na busca da otimização dos processos para o desenvolvimento.	1			1	1	1	1	1	1			1	1				1	
	Necessidade de conexão dos dados públicos através da conexão dos órgãos reguladores.	1			1			1					1					1	
Necessidade de inteligência Territorial.	1			1	1	1	1	1	1			1	1	1			1		
A5	A cidade de Porto Alegre está gritando por segurança, saúde, educação e trabalho e não por uma <i>Smart city!</i> É necessário resolver os problemas básicos de infraestrutura da cidade antes de investir em tecnologia. Porto Alegre tem que fazer um bilhão de coisa antes de ser uma S.C.	1			1				1			1	1					1	
	Vivemos em um estado falido , em crise. Como iremos investir em tecnologia ?				1			1				1						1	
	Necessitamos de inovação aberta , onde o cidadão se comunica com a governança. Cidadão participativo .Assim, aumentando a inteligência coletiva!				1	1		1		1	1		1	1				1	
	Como é que uma cidade como Porto Alegre que não resolveu o feijão com arroz, está pensando em tecnologia?				1			1				1						1	
	Administração pública problematizando o planejamento da cidade. Uma vez que, não existe planejamento a longo prazo. O planejmetno do governo não transpassa os 4 anos de mandato.	1			1								1					1	
	BOTTOM-UP não é BOTTOM-UP, pois a ideia vem de baixo e fica em baixo				1				1	1			1					1	
	Cultura empresarial local imediatista com relação a resultados economicos. Empresários com visão de curto prazo	1			1								1					1	
	Empresas querendo investir em inovação , por exemplo as startups , com intuito de pivotar o negócio. Buscando assim, vender a empresa pelo maior valor possível. Sem uma visão de investimento local e desenvolvimento local. Pessoas sem o propósito de ficarem no estado e desenvolverem o estado.				1								1					1	
	Cidade sem conseguir reter seu capital humano por cauda da crise local. As pessoas buscam melhores oportunidades fora da capital.	1			1				1				1					1	
	Auxencia de políticas públicas conectando a governança ao local.	1			1				1	1			1					1	
	Empresários locais muito conservadores com muita resistencia com relação a investimentos de inovação sujeitos a um risco alto.				1				1				1					1	
	Em Porto Alegre eu não vejo outro caminho a não ser trabalhar no coletivo	1							1				1					1	
	No distrito c as pessoas se sentem totalmente abandonadas pela a prefeitura e outras hélices do pacto que estão conversando entre elas para acertar entre elas o que vai ser melhor para elas.	1			1				1				1					1	
	Quando é um compromisso por curto espaço de tempo de participação se consegue a participação de todos.Quanto mais tempo durar um projeto as pessoas vão desistindo.				1				1	1			1					1	
	O 4º distrito tem um potencial muito grande a ser desenvolvido principalmente através dos projetos elaborados pela prefeitura. Mas, enquanto eu não ver algo concreto para mim são só palavras, demagogia.	1			1								1					1	
	Smart City iniciou em Poa com vies tecnologico e depois descobriu que a participação do cidadão é um elemento importante do conceito de S.C.	1			1	1			1				1					1	
	A6	Desenvolver um planejamento para assegurar a continuidade dos projetos e ações a longo prazo.	1			1				1			1	1					1
		I.S. é qualquer iniciativa que de alguma forma transforme a vida das pessoas.	1	1		1			1	1	1		1	1	1	1	1	1	1
I.s. deve ter uma demanda social latente.		1	1		1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Falta de articulação entre os agentes públicos e sociedade.					1				1				1					1	
Sociedade mobilizada para o desenvolvimento de ações , mas não conseguindo transpor o nível bottom-up.					1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Projetos da prefeitura e ações sendo desenvolvidos unilateralmente, sem a conexão de demais agentes, por descreça da força da conexão.		1	1		1				1	1			1					1	
Desenvolver planejamento para a organização de um ecossistema de inovação na cidade.		1			1	1			1	1			1	1				1	
Agentes do Distrito C, sem conexão entre eles. Descrentes da efetividade dessa conexão.		1	1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
I.S. é um movimento ao contrário a qualquer inovação que não seja sustentável.					1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Olhar assistencialista não contribui para a sustentação do negócio.		1	1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
I.S. deve ter premissas de I.S.					1				1				1					1	
Cultura local muito conservadora com relação a novas ideias de negócios. Gerando dificuldade de aportes financeiros no inicio dos projetos e ações		1	1	1					1				1	1				1	
Dificuldade por parte da sociedade de entender o que é uma Inovação e uma I.S. Gerando necessidade de ver o projeto se concertizando para investir nele.									1				1	1				1	
Ações com grande necessidade de pertencimento das pessoas.					1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Projetos de I.S. gerando pequenos impactos, por consequencia do pequeno insentivo.		1	1		1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Empreendimentos em I. S. com grande carencia de pessoas colaborativas, gerando um sistema orgânico (energia mobilizadora)		1	1		1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Necessidade da união de esforços para viabilizar os projetos e mudar um cenário social.					1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Necessidade de uma conexão coletiva impulsionadora para gerar negócios sociais. Sociedade com propósito de sustentabilidade.		1	1	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Movimento do querer fazer por parte da sociedade gerando I.S. Mudaça de mindset	1			1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Subtotal	56	26	30	58	25	33	37	59	35	25	34	62	35	52	21				
Total				112				116				131					108		

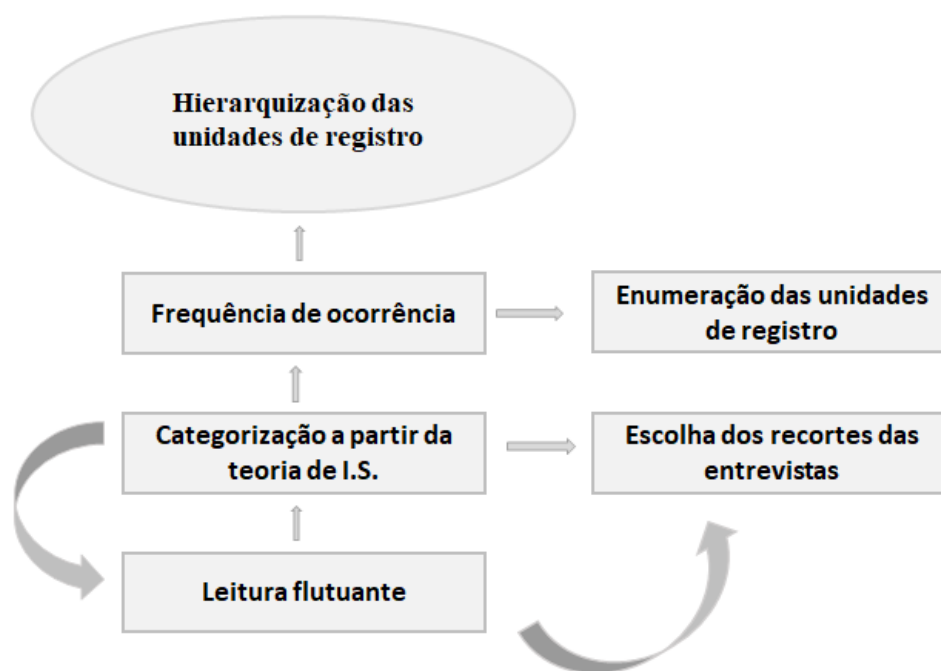
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A etapa seguinte é a apresentação e análise dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Concluídas as etapas da metodologia qualitativa da análise de conteúdo, iniciamos a análise dos resultados. Para fins de visualização do percurso metodológico, desenhou-se a Figura 4 como síntese do método utilizado em termos empíricos.

Figura 4 - Representação gráfica simplificada da condução da análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com o objetivo de identificar o processo de Inovação Social, tomando como estudo de caso o 4º Distrito de Porto Alegre, trabalhou-se a partir da conexão das entrevistas dos seis atores com dimensões de inovação social dos autores Tardif e Harrisson (2005), buscando reconhecer a inovação social através das cinco dimensões: 1) **Transformação**; 2) **Caráter inovador**; 3) **Inovação**; 4) **Atores**; e 5) **Processos**, conforme o exposto no Quadro 5, capítulo 2.2.3.

Neste contexto, foi realizada a contagem das unidades de registro por frequência de ocorrência, mensuradas através dos recortes e detalhes analisados pela pesquisadora, resultando na hierarquização das unidades de registro (Quadro 8).

4.1 Característica do Processo de Inovação Social no Estudo

A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foi possível identificar a presença das características de inovação social em todas as cinco dimensões propostas, como podemos observar através do somatório no Quadro 9.

Quadro 9 – Subtotais e totais retirados do Quadro 8
(Dimensões de I.S. Tardif e Harrison – CRISES)

Atores	Especificações dos atores	Dimensões de Inovação social														
		Transformação			Carater Inovador			Inovação			Atores			Processo		
		Contexto	Económico	Social	Modelo	Economia	Ação social	Escala	Tipos	Finalidade	Sociais	Organiza- cionais	Instituições/ intermediários	Modelo de cooperação	Meios	Restrições
	Subtotal	56	26	30	58	25	33	37	59	35	25	34	62	35	52	21
	Total	112			116			131			121			108		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O resultado nos apresenta uma hierarquização das dimensões e dos ângulos de análise, estes compostos distintamente do modelo teórico de Tardif e Harrison (2005), como: 1) **Inovação** – tipo/ escala/ finalidade; 2) **Atores** – instituições/ intermediários/ organizações/ sociais; 3) **Caráter inovador** – modelo/ ação social/ economia; 4) **Transformação** – contexto/ social/ econômico; e 5) **Processo** – meios/ modelo de cooperação e restrições (Quadro 10).

Quadro 10 – Dimensões de I.S. adaptado conforme análise de conteúdo

Atores	Especificações dos atores	Dimensões de Inovação social														
		Inovação			Atores			Carater Inovador			Transformação			Processo		
		Tipos	Escala	Finalidade	Instituições/ intermediários	Organiza- cionais	Sociais	Modelo	Ação social	Economia	Contexto	Social	Económico	Meios	Modelo de cooperação	Restrições
	Subtotal	59	37	35	62	34	25	58	33	25	56	30	26	52	35	21
	Total	131			121			116			112			108		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dessa forma, nas subseções que seguirão, as informações extraídas dos resultados serão submetidas a uma análise reflexiva e crítica à luz das dimensões de Tardif e Harrison (2005).

Dimensão Inovação: Respostas propositivas foram encontradas nos projetos previstos no Pacto Alegre para o 4º Distrito, visando alcançar novas soluções perante o contexto de desenvolvimento e projeção de Porto Alegre, ações visando o desenvolvimento local e coletivo dos cidadãos.

Segundo o relato de um dos entrevistados, A1:

“Seremos um polo gerador de novos empreendimentos, estamos desenvolvendo uma base tecnológica para atrair novos investimentos e reter o conhecimento (capital humano). Para isso, estamos unindo forças públicas e privadas”. (A1, 2018).

Ações executadas de forma participativa com meta estabelecida para longo prazo transpõem governos, havendo transferência de competências e habilidades e o sentimento de pertencimento para a sociedade como um todo. *“É preciso haver um planejamento público que transponha os quatro anos de governo para que não ocorra ruptura dos projetos em andamento, mas para isso ocorrer será necessário modificarmos a estrutura de governo”.* (A4, 2018).

Dimensão Atores: Observou-se a formação de alianças cujo objetivo é obter o engajamento e compromisso dos atores públicos, privados e da sociedade em prol da transformação e projeção da cidade de Porto Alegre. Os projetos propostos são desenvolvidos junto com a sociedade e as decisões são tomadas através de um comitê técnico. Um importante objetivo a ser atingido, já citado anteriormente, é transpor as dificuldades de planejamento a longo prazo com relação à governança do município, uma vez que o período de exercício é de quatro anos, limitando, assim, o prazo das ações e projetos.

Para o ator A5, os projetos aprovados serão elitistas, direcionados para interesses próprios, não buscando a anuência da sociedade: *“Não será possível, porque as hélices estão entre elas para acertarem entre elas o que será melhor para elas. As iniciativas nascem bottom up (de cima para baixo) mas ficam sempre bottom up.”* (A5, 2018).

Segundo Manzini (2008:76), as I.S. são desenvolvidas a partir de interações de “baixo para cima”, de “cima para baixo” e “entre pares”. Nas interações de baixo para cima, as iniciativas advêm em bases, ou seja, se originam dos indivíduos ou grupos interessados no processo de mudança. No caso das inovações de “cima para baixo”, ocorre a intervenção de instituições pertencentes a outras esferas, como, por exemplo, ações provenientes de organizações públicas ou privadas. As interações entre pares são geradas a partir de compartilhamento de informações, de interesses comuns ou de ações desenvolvidas por sujeitos identificados semelhantes. Com base nesses aspectos, os resultados das inovações

podem ser reconhecidos pelas novas formas de relações ou associações desenvolvidas pelos projetos. Devido a este motivo, a qualidade dos vínculos relacionais que motivam as mudanças constitui-se como uma característica constante nas I.S.

Segundo o ator A6:

“A parceria dos atores públicos, privados e sociedade, através das iniciativas da Aliança, mostram um amadurecimento natural da condição social. Podemos chamar de ‘mindset social’ para o desenvolvimento do estado. E isso é ótimo para nosso desenvolvimento! Esse é um percurso que se faz necessário ser percorrido pela sociedade, onde no futuro provavelmente teremos cidadãos mais inteligentes e conectados com as necessidades do coletivo. Hoje somos cidadãos, empresas e poder público pensando no singular e resolvendo problemas/dificuldades imediatas”.

O Ator 4 questiona a operação das iniciativas:

“A cada novo governo todo o corpo técnico é realocado. A estrutura organizacional da prefeitura é modificada, como poderemos auxiliar nos projetos propostos sem sabermos onde estaremos atuando no próximo governo? Não podemos nem fazer nosso planejamento como secretaria! Com isso, também perdemos força consequentemente liderança! Na verdade, não sei se não é esse mesmo o propósito (risos)... Não estamos bem estruturados! Isso também acontece no Brasil todo, em todas as cidades, tudo recomeça a cada governo. Não vejo como poderemos nos desenvolver sem mudarmos nossa estrutura organizacional, sem revermos nossos processos.” (A4, 2018).

Pode-se evidenciar transformação urbana, promovida pelo Distrito Criativo, através da cooperação entre os atores, ações coletivas em prol da melhoria urbana da área, trazendo qualidade de vida aos empreendedores e, consequentemente, aos moradores e visitantes.

No movimento do Distrito C, que conta com 80 empreendedores criativos, tem-se o incentivo e desenvolvimento de talentos locais, assim como a divulgação desses serviços entre a comunidade que pode usufruir de visitas às exposições de artes, casas de relíquias, assim como participar de projetos que buscam a preservação de praças e centros históricos na região, sendo a Inovação Social o resultado gerado dessas ações através do conhecimento, que conta com a participação e cooperação de todos os envolvidos na busca de soluções duradouras para a comunidade em geral. (BIGNETTI, 2011).

Para o entrevistado A5 (2018), a aproximação territorial é fundamental para o desenvolvimento de I.S. acontecer.

“É preciso nos conectarmos e para isso a proximidade ajuda muito. Tenho certeza que o território auxilia para que essas conexões sejam produtivas. Claro que hoje em dia temos os aplicativos, e nos comunicamos por app, mas não é a mesma coisa. A conversa digital não tem a força do ‘cara a cara’. As reuniões que fizemos dá uma sensação de pertencimento e empoderamento ao grupo.” (A5, 2018).

Todas as atividades do Distrito C são tomadas em coletivo, muitas das vezes com a presença dos moradores no intuito de atender às demandas locais não sanadas pelo município e Estado – iniciativas essas dando autonomia local e desenvolvimento comunitário.

Para A3, a cultura local é fator determinante nas relações dos atores, pois interfere diretamente nas ações:

“É importante atentarmos para a nossa cultura! O gaúcho é muito desconfiado para negócios. Ele espera o projeto dar certo para investir depois. Outra questão que vejo é o imediatismo dos empresários. A ideia é pivotar os projetos para vendê-lo em seguida e, assim, ganhar muito dinheiro, em um pensamento nada plural. Os empreendedores de hoje não pensam que com suas empresas podem projetar o estado e propiciar muitas vagas de empregos, pensamento dos antigos empresários do R8. O propósito é sempre singular e não plural! Assim, vejo essa postura cultural como uma barreira para nosso desenvolvimento.” (A3, 2018).

Segundo Lima e Heemann (2009), é preciso haver colaboração para que aconteça I.S. com resultados satisfatórios; assim, alguns fatores como confiança e a dedicação de cada parte necessitam ser observados. Com a mesma importância, destacam-se a similaridade de valores. Outro importante aspecto é assegurar que todos os participantes possam expressar suas opiniões e ideias sem que haja qualquer tipo de ameaça, repressão ou julgamento. (CHRISTOPOULOS; DINIZ, 2005).

Também para A1, a diversidade de atores dificulta a aprovação dos projetos: *“Estamos tendo uma experiência nova tendo que conciliar diversos empresários e sociedade. Pois, os pontos de vista são distintos e isso procrastina o andamento dos trabalhos”.* (A1, 2018).

Ao tratar dos atores, Tardif e Harrison (2005) também envolvem os processos de miscigenação de identidades e cultura, valores e normas pelos quais os atores passam em decorrência das interações e relacionamentos estabelecidos entre eles. Essa miscigenação resultaria, então, em um processo de aprendizagem coletiva, caracterizado pelo intercâmbio de informações e pela formação dos atores, que aprenderiam novos conhecimentos e habilidades gerando novas regras e padrões sociais. (TARDIF; HARRISON, 2005; CLOUTIER, 2003).

Dimensão Caráter Inovador: Soluções inovadoras foram desenvolvidas através da parceria de diversos atores sociais; soluções inéditas no contexto de visão de futuro; soluções projetando a cidade do futuro; ideias novas para a cidade, inovação, planejamento para atender às necessidades básicas como saúde, educação, infraestrutura e turismo.

Segundo o ator A1, precisamos desenvolver um novo modelo de desenvolvimento buscando a inovação no setor público e sociedade:

“Para mim é uma visão de ‘para onde nós vamos?’ O modelo do Pacto Alegre é um modelo para desenharmos o futuro, esse desconectado com a realidade. Estamos buscando através de um conjunto de atores da quadrihélice (poder público, empresas, universidades, sociedade civil e diversas entidades civis) construir a Porto Alegre do futuro em conjunto. Vamos transformar Porto Alegre em um ecossistema de inovação de classe mundial. Mas, sabemos que, para isso, haverá muitos obstáculos a serem transpostos. Uma verdadeira ruptura dos padrões atuais.” (A1, 2018).

Dimensão Transformação: Transformar ou modificar necessidades sociais, crise entre o Estado e a sociedade civil no que se refere às responsabilidades com as demandas da sociedade, fortalecida pela situação econômica que desencadeia exclusões e diferenças sociais. (TARDIF; HARRISSON, 2005).

O projeto previsto para o 4º Distrito prevê revitalização econômica, social (recuperando sua atratividade); intensificar a urbanidade através da diversificação de serviços e de faixas de renda, oferecendo ambientes amigáveis para todas as faixas etárias; incentivar a habitação social; atrair para o 4º Distrito universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; além de garantir, através de sistemas específicos de gestão, a implementação do Masterplan do 4º Distrito, assegurando a segurança administrativa, jurídica e financeira da operação urbana consorciada. *“Ressalto que a revitalização do 4º Distrito deverá envolver ‘intensa participação da iniciativa privada’, com a criação de diferentes tipos de PPPs.” (A1, 2018).*

Segundo A2:

“Vejo o projeto da revitalização do 4º Distrito como importante forma de termos um piloto de desenvolvimento. Onde podemos experimentar diversos projetos e verificar suas contribuições. A região do 4º Distrito é uma área a ser gentrificada, possui áreas de prédios bem construídos e tombados, porém, estagnados. Sendo essa uma região de aproximadamente 600 hectares, as 31 mil pessoas que circulam e residem na região enfrentam também a insegurança pelo abandono, pelas ocupações irregulares que incidem na região e pelo tráfico de drogas que só cresce. Educação, indústria, comércio e serviços só sobreviverão se houver tecnologia científica inovadora, sendo essa a proposta do Projeto 4D. Para mim, sem inovação não haverá competitividade, e isso não atrairá nem dinheiro e nem crescimento.”

Já A4 afirma:

“A revitalização não será só urbana, mas também econômica. É extremamente importante o desenvolvimento de um plano de viabilidade econômica que estimule o poder público e as empresas a integrarem a difusão e a organização com fontes, usos e resultados. Acho que estamos no caminho certo para um futuro próspero.”

Nesse sentido, Tardif e Harrisson (2005) afirmam que o impacto dessas transformações estruturais sobre as instituições, as organizações e os territórios é um contexto de crise geral, no qual se manifestam, entre outras coisas: a contestação do papel do Estado; a contestação do funcionamento e do papel das instituições; o surgimento de novas demandas e necessidades sociais e econômicas não satisfeitas; o crescimento da desigualdade socioeconômica das populações e dos territórios; o desemprego estrutural; a questão da inserção no mercado de trabalho; e a necessidade de reorganização do trabalho e de reformulação do modelo de desenvolvimento vigente, em direção a uma mudança de paradigma. (TARDIF; HARRISSON, 2015).

Podemos perceber para o projeto um ineditismo, a necessidade de inovação gerando transformação social, a possibilidade de realização e cooperação entre os atores públicos e privados distintos, a geração de impacto econômico e social positivo contínuo e a possibilidade de replicar resultados através de processos e conhecimento adquirido.

Em suma, depreende-se que a I.S. se refere às ações que buscam soluções para os problemas sociais vigentes, potencializando os recursos e localidade por meio do desenvolvimento de cooperação e parcerias, políticas públicas democráticas, desenvolvimento de infraestruturas, de inclusão social e participativa. (OLIVEIRA; CORREIA; GOMEZ, 2015). São objetivos da Inovação Social a transformação da sociedade em busca de justiça social, sustentabilidade e incremento na qualidade e quantidade de vida. (MANZINI, 2008 apud FACHINELLIL, 2014).

Dimensão Processo: Para alguns pesquisadores, o processo de inovação social é parte integrante da inovação em si mesma. Em outras palavras, a forma como as soluções são criadas e implementadas é importante para determinar se é uma inovação social com relação à solução de seus objetivos. (OLIVEIRA; CORREIA; GOMEZ, 2015).

Pode-se observar, através dos projetos e iniciativas, a presença dos atores trabalhando em rede, com participação, mobilização e aprendizagem na implementação dos projetos; parcerias, integração, negociação, empoderamento para a implementação dos projetos; também resistência, tensão e incertezas. (TARDIF; HARRISSON, 2015).

Para o entrevistado A1, a equipe e o planejamento são fatores decisivos no sucesso do projeto:

“Temos um grupo de trabalho estratégico, com reuniões semanais e de representantes das universidades, representantes da sociedade civil, pessoas do governo, pessoas do meio acadêmico, prefeito, secretário de desenvolvimento econômico, secretário da fazenda, secretário de gestão e secretário de comunicação. Esse grupo de trabalho faz o planejamento e acompanhamento do desenvolvimento do Pacto Alegre.” (A1, 2018).

Observou-se na análise uma natureza sistêmica interagindo entre as cinco dimensões de I.S. e, através da hierarquização do somatório do Quadro 8, evidenciou-se uma meta com relação aos objetivos propostos.

Identificamos que as iniciativas e projetos de I.S. ocorreram em ambiente de economia criativa e inovação, transformando o território, ganhando sustentação por um sistema de inovação social em rede através de atores sociais conectados por um processo de cocriação e prioridades urbanas. Processo esse mediado por uma equipe multidisciplinar formada por organizações do setor público, do setor privado, da economia criativa, instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisas, ligados às Universidades com objetivos e metas bem estabelecidos.

Frente a este contexto, identificamos que as inovações sociais observadas no estudo são compostas pelos diferentes modos de participação e cooperação, influências e domínios nas diferentes esferas decisórias da sociedade.

Segundo Lévesque (2002), a natureza sistêmica entre os diversos atores impacta diretamente no modo de governança e, a longo prazo, influencia o modelo de desenvolvimento adotado pelos atores sociais, tanto a nível das organizações como território e sociedade, transformando o modelo de desenvolvimento em um processo de contágio, contaminação e disseminação do conhecimento tácito sobre os atores sociais.

Com a globalização, a redescoberta da sociedade civil e a importância do conhecimento na economia, novas formas de governança são mais e mais parcerias, entre os setores públicos, privados e empresas coletivas. Estes novos métodos de coordenação da atividade e interesses econômicos são promovidos através de ações de interesses individuais, coletivos e gerais. (BERNIER *et al.*, 2002).

Através da análise dos dados, a pesquisadora percebeu que o desenvolvimento de I.S. gera transformação no local, inovando a forma como os atores sociais, públicos, privados, organizações e cidadão comunicam e se conectam formando uma relação em rede. Esse novo modelo gera empoderamento e senso de pertencimento às pessoas e maior aproximação da

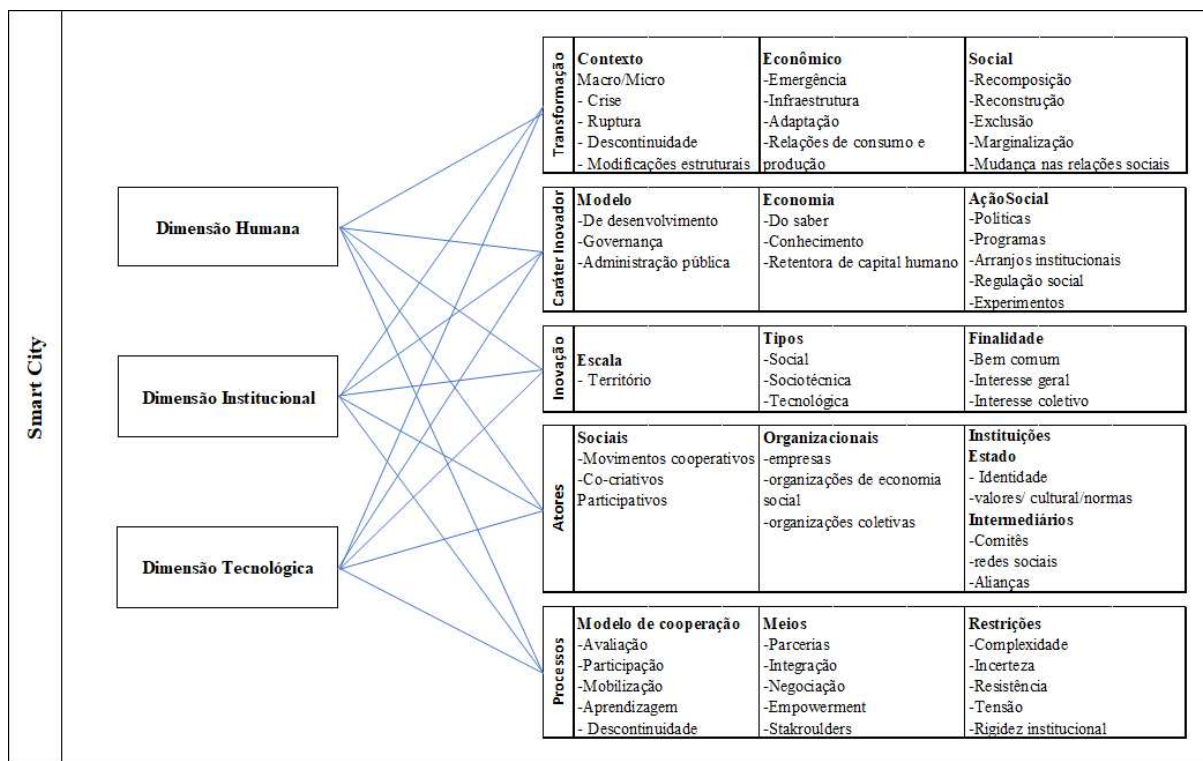
governança e gestão pública. A pesquisadora entende que a participação pública é um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano que, de acordo com Melber (2013), se torna insustentável caso as pessoas não possam participar de forma significativa dos processos e eventos que moldam a sua própria vida. Além de ser capaz de influenciar na definição de políticas públicas, é importante que a população vislumbre o aumento nas possibilidades de crescimento econômico, participação e *accountability*.

Deste contexto, para a pesquisadora, essas características da Inovação Social podem ser uma solução para um novo modelo de gestão para as cidades, mais cooperativo e participativo. Onde a comunicação em rede dos diversos atores corrobora com o conhecimento e aprendizagem coletiva.

Contudo, a pesquisadora aponta limitações estruturais do poder público, como a necessidade de replanejamento e modificação das estruturas e administração das cidades e, com relação ao cidadão, uma mudança cultural quanto ao seu papel de agente protagonista social. Uma sociedade, assim como Manzini (2008) sugere, imbuída em criar novos modelos de estruturas sociais, organizações nas quais as partes são dependentes do todo e, por conseguinte, solidárias umas com as outras, promovendo a cooperação e conexão entre os atores do ecossistema, estimulando o desenvolvimento de novos tipos de empreendimentos, negócios e organizações.

Deste contexto, para a pesquisadora, o desenvolvimento de inovações sociais pode ser um fator-chave na construção de um novo modelo para as cidades em um processo de aprendizagem coletiva e geração de conhecimento, auxiliando na transformação dos padrões atuais de gestão e funcionamento da cidade e seus atores sociais, uma vez que projetos de I.S. exigem novos modelos sociais de conexão e desenvolvimento. Uma verdadeira ruptura dos padrões organizacionais das cidades, em um processo educacional das esferas sociais, um verdadeiro *mindset* social.

Deste ponto de vista, a pesquisadora propõe um framework para as cidades serem mais inteligentes através das dimensões de I.S. e dimensões das S.C. (Quadro 11).

Quadro 11 – Framework para análise de uma *Smart City*

Fonte: Elaborado pelo autor, ajustado de Tardif e Harrisson (2015) e Pardo e Taewoo (2011).

Pela complexidade das S.C., conforme Pardo e Taewoo (2011), a pesquisadora define *Smart City* através de três dimensões: (i) Dimensão Tecnológica, baseada no uso de infraestruturas, especialmente as de TIC, para melhorar e transformar a vida e o trabalho dentro de uma cidade de forma relevante, que engloba os conceitos de Cidade Digital, Cidade Virtual, Cidade da Informação e Cidade Ubíqua; (ii) Dimensão Humana, baseada em pessoas, educação, aprendizagem e conhecimento (fatores chave para uma cidade dita inteligente), que engloba os conceitos de Cidade de aprendizagem e cidade do conhecimento; e (iii) Dimensão Institucional, baseada na governança e na política, pois a cooperação entre as partes interessadas e os governos institucionais é muito importante para projetar e implementar iniciativas inteligentes e que englobem os conceitos de comunidade inteligente e cidade sustentável. Neste sentido, Pardo e Taewoo (2011) entendem que, para uma cidade ser considerada S.C., é necessária a implementação das três dimensões em seu projeto.

As dimensões de I.S. seguem o modelo ajustado pela pesquisadora, proposto por Tardif e Harrisson (2015).

O framework proposto poderá auxiliar, através da evidência das dimensões e ângulos de I.S., gestores do poder público ou privado a planejarem cidades mais inteligentes ou mesmo a manutenção da inteligência nas cidades.

5 CONCLUSÃO

As *Smart Cities*, mesmo não possuindo uma definição única, se apresentam como um caminho inovador na busca de soluções para os problemas urbanos. Não há um *check-list* de como uma *smart city* deve ser, pois cada cidade deve formular e desenvolver suas políticas e iniciativas, conforme suas urgências e recursos.

Contudo, uma *Smart City* deve ser capaz de enfrentar seus velhos e novos desafios urbanos de forma holística e integrada, através dos atores sociais e gestão do seu território, na construção da visão de futuro para a cidade e não se limitando a conceitos específicos, como digitais, sustentáveis, urbanas etc., mas sim ter um olhar para as necessidades singulares do contexto urbano em que está inserida. Inovando, assim, através de um novo modelo de governança para gerenciar a dinâmica das cidades, juntamente com a gestão de novos processos e novas estruturas públicas. (GIL-GARCIA, 2012).

Assim como para Manzinni (2011) e Testoni e Boeri (2015), uma S.C. não deve ser governada “*Top down*” e tampouco sofrer pressão de massa “*bottom up*”. Uma S.C. deve ter um desenvolvimento humano e social, construir através de elos entre a cooperação e envolvimento ativo de todos os interessados de uma sociedade. Estes podendo fornecer uma contribuição substancial para o desenvolvimento das cidades de forma mais acessível e com informações baseadas em um ambiente urbano interativo, participativo e transparente. (MECHANT *et al.*, 2012).

Assim, conforme introdução e buscando responder ao problema de pesquisa: “*quais contribuições que uma experiência de Inovação Social podem trazer para aprimorar uma proposta de Smart City*”, a pesquisadora propõe um modelo de análise para as cidades (Quadro 5) no intuito de auxiliar os gestores públicos e a sociedade na busca por solucionar os problemas urbanos e sociais de funcionamento das cidades. Concordando com Anthopoulos e Reddick (2016), que afirmam que o desenvolvimento da governança da cidade aumenta, substancialmente, a qualidade de vida e a prestação de serviços aos seus cidadãos.

Este estudo possui limitações, já que, apesar dos esforços para sistematizar as informações, a autora poderia ter analisado maior quantidade de iniciativas, o que impede uma análise mais completa e robusta sobre o tema. Além disso, uma segunda limitação com relação ao estudo foi a forma como os dados foram coletados, por meio de entrevistas abertas, dificultando, assim, uma análise mais direcionada sobre o tema. O questionário também poderia ter sido distinto, uma vez que um questionário estrutural traria um outro cenário com relação às dimensões da tabela.

Por fim, outra limitação foi o próprio desenvolvimento da tabela. A autora poderia ter desenvolvido de forma distinta, possibilitando a espacialização dos dados e buscando um alcance espacial das iniciativas e projetos.

Algumas contribuições foram fornecidas com essa pesquisa, tanto práticas como acadêmicas. O estudo contribui metodologicamente através do apanhado teórico, preenchendo lacunas existentes de estudos sobre S.C. no contexto social e possibilitando o desenvolvimento de novas pesquisas.

Outra contribuição é o desenvolvimento do framework proposto, podendo ser utilizado como instrumento de medição e desenvolvimento de *Smart Cities*, tanto no campo acadêmico como no prático. Dessa forma, empresas e governos podem se beneficiar do modelo proposto contribuindo para a análise e gestão das cidades.

REFERÊNCIAS

- ALAWADHI, S. et al. Building Understanding of Smart City Initiatives. In: **Electronic overnment. Springer Berlin / Heidelberg**, p. 40–53, 2012.
- ALAWADHI, S.; SCHOLL, H. J. Aspirations and Realizations: **The Smart City of Seattle. 46th Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS - 46)**. Anais. Wailea, HI, USA: IEEE Computer Society, 2013.
- AGRAWAL, D.; KETTINGER, W. J.; ZHANG, C. The Openness Challenge: Why some cities take it on and others don't (pp. 1–7). In: **Twentieth Americas Conference on Information Systems**, Savannah, GA. 2014.
- ANTOPOULOS, Leonidas G.; REDDICK, Christopher G. Understanding electronic government research and smart city: A framework and empirical evidence. **Information Polity**, vol. 21, no. 1, pp. 99-117, 2016
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Revista das Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.
- BRASIL. Lei nº 10973, **Lei da inovação**. 2004.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CRISES – Centre de recherche sur les innovations sociales. ANDREW, Caroline; KLEIN, Juan-Luis. **Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better**. Disponível em: <http://www.crisis.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-heoriques/CRISES_ET1003.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- CSI – Centre for social innovation. **Social innovation**. Disponível em: <<http://socialinnovation.ca/about/social-innovation>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor**. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- FARFUS, Daniele. **Empreendedorismo social e desenvolvimento local: um estudo de caso no SESI Paraná**. Curitiba: UNIFAE, 2008. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento), Centro Universitário Franciscano do Paraná, 2008.
- GIFFINGER, R., & PICHLE-MILANOVI, N. (2007). Smart cities: Ranking of European medium-sized cities. Centre of Regional Science, Vienna University of Technology

GIL-GARCÍA, J. Ramon; ALDAMA-NALDA, Armando. Making a city smarter through information integration: Angel network and the role of political leadership. In: **System Sciences (HICSS), 2013 46th Hawaii International Conference on**. IEEE, 2013. p. 1724-1733.

GIL-GARCÍA, J. Ramon; HELBIG, Natalie; OJO, Adegboyega. Being smart: Emerging technologies and innovation in the public sector. **Government Information Quarterly**, v. 31, p. 11-18, 2014.

GIL-GARCÍA, J. Ramón; PARDO, Theresa A. E-government success factors: Mapping practical tools to theoretical foundations. **Government information quarterly**, v. 22, n. 2, p. 187-216, 2005.

GOLDSMITH, Stephen; CRAWFORD, Susan. **The responsive city: Engaging communities through data-smart governance**. John Wiley & Sons, 2014.

IBGE. **Informações sobre os municípios brasileiros**, Cidades@, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/02/2016.

HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. **Social Innovation: Concepts, research fields and international trends**. Disponível em: <http://www.sfs-dortmund.de/odb/Repository/Publication/Doc%5C1289%5CIMO_Trendstudie_Howaldt_Schwarz_englische_Version.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

LEITE, C. (2016). **Cidades Inteligentes Cidades Sustentáveis; Desenvolvimento sustentável num planeta urbano** – ed. Bookman – São Paulo

LÉVY, PIERRE, A inteligência coletiva por uma antropologia do ciberespaço. 5.ed. São Paulo: Edições Loyolo, 2007

MALHOTRA, K. Naresh. **Pesquisa de marketing uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANZINI, E. (2008) **Design para a inovação sustentável; comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais** – ed. Epapers - Rio de Janeiro

MAURER, Angela Maria. **As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MECHANT, P. et al. E-deliberation 2.0 for smart cities: a critical assessment

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001

MOULAERT, F. **Globalization and integrated area development in european cities.** Oxford University Press, Oxford, 2000.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Introduction: social innovation and governance in European cities. **European Urban and Regional Studies**, 2007. 14(3):195-209. <http://dx.doi.org/10.1177/0969776407077737>, Acesso em 17/01/2015.

MOULEART, F. et al. **The international handbook in social innovation:** collective action, learning and transdisciplinary research. Edward Elgar Publishing, Massachusetts, 2013.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. Defining the social economy and its governance at the neighbourhood level: A methodological reflection. **Urban Studies**, vol. 42, no 11, p. 2071-2088, 2005.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. **La logique sociale du développement territorial.** Québec, Presses de l'Université du Québec, coll. Géographie contemporaine, 2008.

MULGAN, G. et al. **In and out of sync:** the challenge of growing social innovations. London: NESTA, 2007.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. **Innovations**, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; ALI, R.; SANDERS, B. **Social innovation.** What it is, why it matters and how it can be accelerated. Oxford Said Business School – Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.

MULGAN, G. et al. **Social innovation:** what is it why it matters, how it can be accelerated Oxford: Skoll Center for Social Innovation, 2008.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation.** London, NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation. Acesso em: 12/12/2014.

MURRAY, R.; MULGAN, G. and CAULIER-GRICE, J. **How to innovate:** the tools for social innovation. Draft for comment. London: The Young Foundation, 2008.

NEUMEIER, S. Why do social in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? – Proposal for a stronger focus on social innovation in rural development research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48 – 69, 2012.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Building Understanding of Municipal Service Integration: A Comparative Case Study of NYC311 and Philly311. In: **System Sciences (HICSS), 2013 46th Hawaii International Conference on.** IEEE, 2013. p. 1953-1962.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Smart city as urban innovation: Focusing on management, policy, and context. In: **Proceedings of the 5th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance.** ACM, 2011. p. 185-194.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. The changing face of a city government: A case study of Philly311. **Government Information Quarterly**, v. 31, p. S1-S9, 2014. 253

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa. Exploring 311-driven changes in city government. 2012b.

NAM, T.; PARDO, T. A. Building Understanding of Municipal Service Integration: A Comparative Case Study of NYC311 and Philly311. **Proceedings of 6th Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS-46)**. Anais. Wailea, HI, USA: IEEE Computer Society, 2013.

OECD. **Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data**: Oslo manual 2. ed. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development OECD, 1997. Trad. por Finep em 2004.

OJO, Adegboyega; CURRY, Edward; ZELETI, Fatemeh Ahmadi. A Tale of Open Data Innovations in Five Smart Cities. In: **System Sciences (HICSS), 2015 48th Hawaii International Conference on**. IEEE, 2015. p. 2326-2335.

ONCOGUIA – **Instituto Oncoguia**. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

OLIVEIRA, N.; SILVA, T., Inovação Social e tecnologias Sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: Um estudo exploratório no Creditg_RO Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 277-295, MAI./AGO. 2012

RDH. Relatório de Desenvolvimento Humano - Brasil 2005. Brasília: PNUD, 2005.

RDH. Relatório de desenvolvimento humano, 2009-2010: Brasil ponto a ponto; consulta pública. – Brasília: PNUD, 2009.

RODRIGUES, Andréa Leite. **Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos**: um estudo comparativo de casos no Brasil e no Québec. São Paulo: FGV, 2004. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
SILVA, Silvio Bitencourt da. **Inovação Social**: um estudo preliminar sobre a produção acadêmica entre 2001 e 2011. In: Anais Convibra, 2011. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2597.pdf>. Acesso em: 27 out. 2012.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. **Monografias e teses**: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. Brasília: Consulex, 2005.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

Testoni, C., & Boeri, A. (2015). Smart Governance: urban regeneration and integration policies in Europe. Turin and Malmö case studies. *International Journal of Scientific & Engineering Research*, 6(3), 527-533.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Defining e-Governance*, 2005. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=4404&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 28/02/2014.

UN-HABITAT. **The United Nations perspective on reinventing planning**. 2007. P. 15-34 (State World Population).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.